



**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO
DE OURÉM/PA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO
Nº 0604001/2026/PMO**

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

OBJETO DE ESTUDO:
AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) AMBULÂNCIA TIPO A, DE
SIMPLES REMOÇÃO, TIPO FURGÃO, PARA
ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURÉM

ABRIL DE 2026, OURÉM/PA



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo Administrativo Nº 0604001/2026/PMO

O presente documento tem por finalidade apresentar o Estudo Técnico Preliminar elaborado no período de 27 de abril de 2026 a 30 de abril de 2026, com vistas à instrução de processo licitatório destinado a AQUISIÇÃO DE 6 (SEIS) AMBULÂNCIA TIPO A, DE SIMPLES REMOÇÃO, TIPO FURGÃO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURÉM, para atendimento das demandas da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE OURÉM/PA

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Municipal nº 2007, 22 de dezembro de 2023 e respectivo Decreto Municipal nº 02, de janeiro de 2024, Lei Federal 14.133/2021 e alterações posteriores, Lei Federal nº 123/2006 e alterações posteriores.

Este documento busca centralizar e justificar e apresentar a solução mais viável para a licitação em questão. Ao longo deste estudo será abordado pontos pertinentes à tramitação e vantajosidade.

Art. 18, lei 14.133/2021 § 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação(...)

DA EMENDA PARLAMENTAR E DA UTILIZAÇÃO PARCIAL DOS RECURSOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Registra-se que a presente contratação possui previsão de utilização parcial de recursos oriundos da Emenda Parlamentar nº 202643560002, de autoria da Deputada Federal Dilvanda Faro, vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, destinada ao fortalecimento da estrutura da saúde pública municipal, especialmente no que se refere ao transporte sanitário e à melhoria do atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde – SUS no Município de Ourém/PA.

Conforme Resolução CMS nº 05, de 31 de março de 2026, aprovada pelo Conselho Municipal de Saúde de Ourém, a referida emenda parlamentar contempla recursos no valor de R\$ 549.954,00 destinados à aquisição de 02 (duas) ambulâncias Tipo A – Simples Remoção Furgão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Entretanto, destaca-se que o presente procedimento será realizado por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, instrumento que possui natureza estimativa e não obrigacional, permitindo futuras contratações conforme conveniência, necessidade administrativa e disponibilidade financeira da Administração Pública.

Dessa forma, embora exista previsão de utilização dos recursos da referida emenda parlamentar para parte das futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços, esclarece-se que a totalidade da Ata não ficará vinculada exclusivamente ao referido recurso federal, uma vez que poderão ocorrer futuras adesões contratuais custeadas com outras fontes orçamentárias próprias, transferências estaduais, federais ou demais recursos legalmente disponíveis.

Assim, a dotação orçamentária e a fonte de recurso ora indicadas destinam-se especificamente aos contratos que vierem a ser formalizados com utilização da Emenda Parlamentar nº 202643560002, não abrangendo, necessariamente, todas as futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

As demais dotações orçamentárias aplicáveis serão oportunamente indicadas no momento da formalização dos respectivos contratos, ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira vigente à época da contratação, em conformidade com os princípios do planejamento, responsabilidade fiscal, eficiência e gestão adequada dos recursos públicos.

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

Fica definida como órgão gerenciador da contratação a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, considerando que é a unidade administrativa demandante, responsável pela gestão das despesas, acompanhamento da execução contratual e fiscalização do objeto adquirido.

Compete à SEMUS o gerenciamento administrativo da contratação, inclusive quanto à solicitação de fornecimento, atesto de recebimento, controle de quantitativos e acompanhamento da demanda.

A condução do procedimento licitatório, incluindo a instrução processual, elaboração do edital, realização do certame e formalização contratual, ficará sob responsabilidade desta Coordenadoria competente de Contratações do Município, nos termos da estrutura administrativa vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

3. DA DISPENSA DO LANÇAMENTO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de 6 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, optou-se pela não ampliação do procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP para outros órgãos ou entidades da Administração, mantendo-se o registro restrito ao órgão demandante.

Nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, o Sistema de Registro de Preços destina-se à formalização de registros para futuras contratações, podendo, quando conveniente, ser compartilhado entre diferentes órgãos, desde que haja compatibilidade de demandas.

No presente caso, embora adotado o Sistema de Registro de Preços, verifica-se que a natureza do objeto possui características específicas, especialmente no que se refere à adaptação veicular para fins de transporte sanitário, com requisitos técnicos definidos conforme as necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, não sendo usual a padronização desse tipo de demanda entre diferentes secretarias ou órgãos municipais.

Ademais, a aquisição de ambulâncias está diretamente vinculada às atividades finalísticas da área da saúde, não havendo, em regra, identidade de interesse ou compatibilidade técnica com outras unidades administrativas, o que limita a viabilidade de consolidação de demandas no âmbito da IRP.

Ressalta-se, ainda, que a definição do quantitativo foi realizada com base em necessidade específica e concreta da Secretaria demandante, não se identificando, no momento do planejamento, demanda correlata de outros órgãos que justificasse a ampliação do procedimento.

Dessa forma, conclui-se pela dispensa de ampliação da Intenção de Registro de Preços – IRP para outros órgãos, mantendo-se o registro restrito à Secretaria Municipal de Saúde, em razão das particularidades técnicas do objeto e da ausência de demanda compartilhada, em observância aos princípios do planejamento, eficiência e economicidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

3.1. ORIGEM DOS ITENS PARA ESTE PROCESSO

A definição do objeto constante neste Estudo Técnico Preliminar decorre do Documento de Formalização de Demanda – DFD encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA – SEMUS, unidade demandante responsável pela gestão, organização e execução das ações e serviços de saúde no âmbito da rede municipal.

O referido documento foi elaborado pela área técnica competente da Secretaria de Saúde, considerando as necessidades operacionais relacionadas ao transporte sanitário de pacientes, especialmente no que se refere à remoção de usuários em condições não emergenciais, bem como à ampliação e/ou renovação da frota de veículos destinados ao atendimento da população.

A demanda apresentada fundamenta-se na necessidade de garantir condições adequadas, seguras e eficientes para o deslocamento de pacientes entre unidades de saúde, bem como para encaminhamentos intermunicipais, assegurando a continuidade da assistência e o adequado funcionamento da rede municipal de saúde.

Nesse contexto, o objeto definido neste Estudo Técnico Preliminar contempla a aquisição de 6 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, devidamente adaptadas para o transporte sanitário, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e com as diretrizes do Ministério da Saúde.

Dessa forma, o quantitativo e as especificações técnicas ora apresentadas refletem as necessidades identificadas pela área demandante, sendo compatíveis com a demanda assistencial do município, com a estrutura existente e com o planejamento das ações de saúde pública.

AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO (TIPO FURGÃO): Veículo novo (0 km), tipo furgão original de fábrica, destinado ao transporte em decúbito horizontal de pacientes sem risco de vida, para remoções simples e de caráter eletivo, em conformidade com a Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde e normas do CONTRAN.

4. PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

O Plano Anual de Contratações – PCA constitui instrumento de planejamento previsto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021, destinado a consolidar as demandas das unidades administrativas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

promovendo o alinhamento entre as contratações públicas e o planejamento estratégico da Administração, além de contribuir para maior previsibilidade, eficiência e racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

No caso da presente contratação, registra-se que o objeto é compatível com as necessidades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde, tratando-se da aquisição de ambulâncias destinadas ao fortalecimento da estrutura de transporte sanitário do município, sendo essencial para a adequada prestação dos serviços de saúde e para a garantia do atendimento à população.

Ressalta-se que o Plano Anual de Contratações do Município encontra-se em fase de elaboração e consolidação pelas unidades administrativas, razão pela qual a presente demanda ainda não consta formalmente no referido instrumento.

Todavia, a aquisição mostra-se indispensável para o adequado funcionamento da rede municipal de saúde, especialmente no que se refere ao transporte de pacientes para atendimentos eletivos, deslocamentos intermunicipais e encaminhamentos necessários à continuidade da assistência, evitando prejuízos à prestação do serviço público de saúde.

Dessa forma, ainda que o Plano Anual de Contratações esteja em fase de elaboração, a presente contratação encontra-se plenamente alinhada às necessidades institucionais da Administração, observando os princípios do planejamento, eficiência, continuidade do serviço público e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

5. DA JUSTIFICATIVA, NECESSIDADE E MOTIVAÇÃO DAS AQUISIÇÕES

A presente contratação tem por objeto a aquisição de 6 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, constituindo medida essencial para o fortalecimento da estrutura de transporte sanitário no âmbito da rede municipal de saúde.

A necessidade da contratação decorre de diagnóstico administrativo e operacional realizado pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde, formalizado por meio do Documento de Formalização de Demanda – DFD, no qual restou evidenciado o crescimento contínuo da demanda por serviços de remoção de pacientes, associado à ampliação das ações assistenciais, ao aumento da cobertura dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

serviços de saúde e à necessidade de atendimento integral da população, tanto na zona urbana quanto nas comunidades rurais e de difícil acesso.

O transporte sanitário constitui etapa fundamental da política pública de saúde, sendo responsável por assegurar o deslocamento adequado de pacientes para acesso a consultas, exames, tratamentos especializados, internações e transferências intermunicipais. Nesse contexto, as ambulâncias tipo A desempenham papel estratégico, uma vez que são destinadas ao transporte de pacientes em decúbito horizontal, sem risco iminente de vida, permitindo a realização de remoções simples e de caráter eletivo com segurança e eficiência.

Entretanto, verifica-se que a frota atualmente disponível no município apresenta limitações operacionais relevantes, seja em razão da insuficiência quantitativa frente à demanda existente, seja em decorrência do desgaste natural dos veículos, ocasionado pelo uso contínuo e intensivo nas atividades de transporte sanitário. Tal cenário compromete diretamente a capacidade de resposta da Administração, podendo ocasionar atrasos no atendimento, dificuldade de acesso da população aos serviços de saúde e sobrecarga da estrutura existente.

Adicionalmente, deve-se considerar as características geográficas do município de Ourém/PA, que demandam deslocamentos frequentes entre localidades distantes, bem como o atendimento de comunidades rurais, o que intensifica o uso dos veículos e exige maior disponibilidade de frota em condições adequadas de funcionamento. A inexistência ou insuficiência de ambulâncias impacta negativamente a logística da Secretaria de Saúde, dificultando o planejamento das rotas, a organização dos atendimentos e a execução eficiente das ações assistenciais.

Sob a perspectiva da qualidade do serviço público, a aquisição das ambulâncias permitirá assegurar melhores condições de transporte aos pacientes, garantindo maior segurança, conforto e dignidade, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade, com mobilidade reduzida ou que necessitam de acompanhamento durante o deslocamento. Os veículos, devidamente adaptados conforme as normas técnicas vigentes, proporcionarão ambiente adequado, com ventilação, iluminação, sistema de oxigênio e equipamentos básicos, contribuindo para a humanização do atendimento e para a redução de riscos durante o transporte.

Do ponto de vista operacional e econômico, a contratação contribuirá para a otimização da gestão da frota municipal, possibilitando a distribuição mais equilibrada das demandas, a redução da



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

sobrecarga sobre os veículos atualmente em uso e a diminuição de custos com manutenção corretiva, que tendem a ser mais elevados em veículos antigos ou excessivamente utilizados. Além disso, a ampliação da frota permitirá maior previsibilidade na execução dos serviços, evitando interrupções e garantindo a continuidade da assistência à população.

Importante destacar que a presente aquisição possui caráter estratégico, uma vez que será viabilizada por meio de recursos oriundos de Transferência Especial – Emenda Parlamentar nº 202643560002, o que reforça a necessidade de adequada aplicação dos recursos públicos em investimentos estruturantes que gerem impacto direto e mensurável na melhoria dos serviços de saúde. A utilização desses recursos para aquisição de ambulâncias atende plenamente ao interesse público, promovendo benefícios concretos à população e fortalecendo a capacidade institucional do município.

Ressalta-se, ainda, que a contratação se encontra alinhada às diretrizes da política pública de saúde, especialmente no que se refere à garantia de acesso universal e contínuo aos serviços de saúde, à organização da rede de atenção e à melhoria da resolutividade dos atendimentos. A disponibilização de transporte adequado constitui requisito indispensável para a efetividade dessas políticas, sendo elemento integrador entre os diferentes níveis de atenção à saúde.

Dessa forma, a aquisição das ambulâncias tipo A mostra-se plenamente justificada sob os aspectos técnico, operacional, econômico e social, configurando medida necessária para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços prestados à população. A contratação atende aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, devendo, portanto, ter seu prosseguimento regularmente autorizado no âmbito do presente processo administrativo.

5.1. PROBLEMÁTICA A SER RESOLVIDA (SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO):

A Administração Pública Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, é responsável por assegurar o acesso contínuo, universal e igualitário aos serviços de saúde, o que inclui, necessariamente, a disponibilização de transporte adequado para pacientes que necessitam de deslocamento entre unidades de saúde, domicílios e centros de referência, tanto no âmbito municipal quanto intermunicipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Entretanto, verifica-se que a atual estrutura de transporte sanitário do município apresenta limitações significativas, sobretudo em razão da insuficiência quantitativa da frota disponível e do desgaste natural dos veículos existentes, decorrente do uso contínuo e intensivo. Tal cenário compromete a capacidade operacional da Secretaria de Saúde, impactando diretamente a eficiência e a qualidade dos serviços prestados à população.

A ausência de quantidade adequada de ambulâncias tipo A dificulta o atendimento tempestivo das demandas de remoção simples e eletiva, ocasionando atrasos no deslocamento de pacientes para consultas, exames, tratamentos e demais procedimentos assistenciais. Essa limitação pode resultar em prejuízos à continuidade do cuidado, agravamento de quadros clínicos e aumento da demanda por atendimentos de maior complexidade, gerando efeitos negativos em toda a rede de saúde.

Adicionalmente, as características geográficas do município, que incluem áreas urbanas e extensas zonas rurais, exigem maior disponibilidade de veículos em condições adequadas de funcionamento, a fim de garantir o atendimento equitativo da população. A insuficiência da frota compromete o planejamento logístico, dificulta a organização das rotas e gera sobrecarga nos veículos existentes, aumentando o risco de falhas mecânicas e interrupções nos serviços.

Sob a ótica do interesse público, a problemática evidencia-se na dificuldade da Administração em assegurar transporte sanitário adequado, seguro e eficiente, elemento essencial para viabilizar o acesso da população aos serviços de saúde. A inexistência ou insuficiência de ambulâncias impacta diretamente a efetividade das políticas públicas de saúde, limitando a capacidade de atendimento e comprometendo a qualidade da assistência prestada.

Dessa forma, a problemática a ser enfrentada consiste na necessidade de ampliação e fortalecimento da frota de transporte sanitário do município, por meio da aquisição de ambulâncias tipo A, devidamente equipadas e adaptadas, capazes de atender às demandas atuais de forma eficiente, segura e contínua. A solução pretendida visa assegurar melhores condições de atendimento à população, garantir a continuidade dos serviços de saúde e promover maior eficiência na gestão pública, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO EM RAZÃO DA FINALIDADE DOS ITENS



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A presente contratação, consistente na aquisição de 6 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, caracteriza-se como aquisição de bens permanentes de natureza não continuada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A classificação como bem permanente decorre do fato de que os itens a serem adquiridos possuem durabilidade superior a 2 (dois) anos, não se destinando ao consumo imediato, mas sim à incorporação ao patrimônio público municipal, com utilização prolongada nas atividades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

No que se refere à natureza da contratação, esta não se configura como continuada, uma vez que não há prestação de serviços ou fornecimento periódico necessário à manutenção rotineira das atividades administrativas. Trata-se, na verdade, de aquisição destinada ao aparelhamento e fortalecimento da estrutura de transporte sanitário do município.

Importante destacar que, embora os veículos adquiridos venham a ser utilizados de forma contínua pela Administração Pública, tal circunstância não caracteriza a contratação como continuada, uma vez que o critério jurídico aplicável se refere à forma de execução do contrato — e não à utilização do bem após sua aquisição. Nesse sentido, não haverá reposição periódica contratual ou obrigação continuada por parte do contratado, limitando-se a execução à entrega dos bens adquiridos.

Ademais, a contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra, serviços acessórios permanentes ou obrigações de execução prolongada no tempo, restringindo-se ao fornecimento dos veículos devidamente adaptados, com garantia contratual mínima, sem caracterizar vínculo de continuidade operacional com a contratada.

Dessa forma, a natureza da contratação enquadra-se como aquisição de bens permanentes, de execução imediata e não continuada, sendo adequada a adoção de procedimento licitatório voltado à contratação específica, em observância aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e adequada gestão dos recursos públicos.

6.1. NATUREZA DO OBJETO – BENS COMUNS

O objeto da presente contratação, consistente na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, classifica-se como bem comum de natureza permanente, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A caracterização como bem comum decorre do fato de que os veículos e suas adaptações possuem especificações técnicas padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, podendo ser objetivamente descritas no Termo de Referência, com base em critérios como potência do motor, tipo de carroceria, dimensões, equipamentos obrigatórios, sistema de sinalização, estrutura interna e conformidade com normas técnicas aplicáveis, como as diretrizes do Ministério da Saúde e regulamentações do Conselho Nacional de Trânsito.

Trata-se de bens fornecidos por diversos fabricantes e empresas especializadas, com características técnicas comparáveis, o que permite a ampla competitividade entre os licitantes e o julgamento objetivo das propostas, com base em critérios previamente definidos pela Administração Pública.

No que se refere à sua natureza patrimonial, os itens enquadram-se como bens permanentes, uma vez que possuem vida útil prolongada, não se destinam ao consumo imediato e serão incorporados ao patrimônio público municipal, sendo utilizados de forma contínua no desempenho das atividades institucionais da Secretaria Municipal de Saúde.

Ademais, o objeto não envolve prestação de serviços complexos ou customizações exclusivas que inviabilizem sua padronização, limitando-se à aquisição de veículos devidamente adaptados conforme especificações técnicas previamente estabelecidas, o que reforça sua classificação como bem comum.

Dessa forma, o objeto da contratação enquadra-se como bem comum de natureza permanente, passível de aquisição por meio de procedimento licitatório que privilegie a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia, eficiência e economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades para a presente contratação foi definida com base no Documento de Formalização de Demanda – DFD encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, no qual foi identificada a necessidade de aquisição de 6 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, destinadas ao atendimento das demandas de transporte sanitário no âmbito da rede municipal de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A definição do quantitativo levou em consideração critérios técnicos e operacionais, especialmente relacionados à capacidade atual da frota, ao volume de atendimentos realizados, à extensão territorial do município e à necessidade de garantir cobertura adequada tanto na zona urbana quanto nas comunidades rurais. Nesse sentido, o número de veículos proposto busca atender de forma proporcional e equilibrada à demanda existente, considerando a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento e a substituição parcial de veículos desgastados ou insuficientes para o atendimento das demandas atuais.

Destaca-se que o transporte sanitário no município envolve deslocamentos frequentes para atendimento de consultas, exames, procedimentos e transferências intermunicipais, o que exige disponibilidade contínua de veículos em condições adequadas de uso. A insuficiência da frota compromete a eficiência do serviço, podendo ocasionar atrasos, sobrecarga operacional e prejuízos à continuidade da assistência prestada à população.

Assim, o quantitativo de 6 (seis) ambulâncias foi estabelecido com base na necessidade de:

- Ampliar a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Saúde;
- Reduzir a sobrecarga da frota existente;
- Garantir maior agilidade no atendimento das demandas de remoção simples;
- Assegurar cobertura adequada das diferentes regiões do município;
- Promover maior eficiência na organização logística dos serviços de transporte sanitário.

Ressalta-se que o quantitativo de 6 (seis) unidades foi definido com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Saúde, refletindo a necessidade atual da Administração Pública, devidamente fundamentada pela área competente.

Destaca-se, contudo, que, para fins de adoção do Sistema de Registro de Preços, o referido quantitativo possui natureza estimada, não obrigando a Administração à contratação integral, podendo a execução ocorrer conforme a conveniência administrativa, disponibilidade orçamentária e necessidade efetiva ao longo da vigência da ata.

Dessa forma, a estimativa apresentada mostra-se adequada, proporcional e alinhada às necessidades institucionais do Município de Ourém/PA, observando os princípios do planejamento, eficiência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

economicidade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a correta aplicação dos recursos públicos e o atendimento eficiente à população.

8. COMPOSIÇÕES DA SOLUÇÃO PARA ESTA CONTRATAÇÃO

8.1. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS PARA OS ITENS SELECIONADOS PARA ESTA CONTRATAÇÃO:

A seleção do item objeto da presente contratação foi definida com base no Documento de Formalização de Demanda – DFD encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, considerando a necessidade de fortalecimento da estrutura de transporte sanitário do município, especialmente no que se refere à remoção de pacientes em caráter eletivo.

O item selecionado consiste na aquisição de AMBULÂNCIA DE TRANSPORTE TIPO A – SIMPLES REMOÇÃO (TIPO FURGÃO), conforme especificações técnicas mínimas a seguir detalhadas:

Trata-se de veículo destinado ao transporte em decúbito horizontal de pacientes que não apresentam risco de vida, utilizado para remoções simples e de caráter eletivo, devendo atender às disposições da Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, bem como às normas aplicáveis do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e demais legislações pertinentes.

O veículo deverá ser do tipo furgão original de fábrica, na cor branca, com carroceria em aço ou monobloco, novo (zero quilômetro), com modelo do ano da contratação ou posterior, equipado com portas traseiras de duas folhas, adaptado para uso como ambulância e devidamente regularizado, com alterações na Base Índice Nacional (BIN), em conformidade com a Resolução CONTRAN nº 4/1998 e o inciso V do art. 230 da Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro).

Adaptação Externa

O veículo deverá ser equipado com janela de correr instalada na lateral direita e vidros fixos nas portas traseiras, ambos com aplicação de película opaca em filetes, permitindo controle da luminosidade natural. Deverá possuir vedação geral do chassi, de modo a evitar infiltração e acúmulo de líquidos, além de piso com material antirruído.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A adaptação deverá observar adequada distribuição de carga, com centro de gravidade otimizado, garantindo melhor estabilidade e dirigibilidade. O veículo deverá manter para-choque traseiro original e contar com reforço nas molas traseiras.

As fechaduras e dobradiças deverão ser confeccionadas em aço inox de alta resistência. O grafismo externo deverá conter adesivação padrão “AMBULÂNCIA”, conforme normativas vigentes.

Sinalização e Dispositivos de Emergência

O veículo deverá ser equipado com sinalizador visual em formato de barra e/ou arco, com base em alumínio e lente em policarbonato de alta resistência, na cor vermelho rubi, contendo LEDs de alta luminosidade (mínimo de 1W), atendendo às normas SAE J575 e SAE J595 (ensaios de vibração, umidade, poeira, corrosão e fotometria).

Deverá possuir sirene eletrônica com potência mínima de 100W RMS, com no mínimo três tipos de tons, além de sistema de megafone com ajuste de ganho sonoro mínimo de 100 dB, conforme norma SAE J1849.

Deverão ser instalados, ainda:

- 02 lanternas ou sinalizadores traseiros em LED de alta luminosidade;
- farol auxiliar de embarque com foco direcional mínimo de 180°;
- alarme sonoro acionado pela marcha ré.

Adaptação Interna

O compartimento do paciente deverá ser separado da cabine do motorista por divisória com janela de comunicação. Deverá possuir isolamento termoacústico de alta densidade entre a capota e o revestimento, garantindo conforto térmico e redução de ruídos externos.

O revestimento interno deverá ser em painéis de alto impacto, produzidos em ABS moldado, facilitando a higienização e assepsia. O piso deverá ser nivelado com compensado naval, impermeabilizado e revestido com material vinílico de alta resistência, evitando infiltrações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Mobiliário Interno

O veículo deverá conter:

- Armário superior para acondicionamento de insumos;
- Banco tipo baú para 02 acompanhantes, com cintos de segurança e lixeira acoplada;
- Revestimento em material lavável e resistente;
- Estofamento em COURVIN automotivo.

A maca deverá ser retrátil, com estrutura tubular em alumínio, equipada com colchonete revestido em material vinílico lavável, cintos de segurança e sistema de engate e fixação no piso, com comprimento aproximado de 1.750 mm.

Sistema de Oxigenoterapia

O sistema deverá ser composto por:

- Cilindro de oxigênio de 7 litros;
- Suporte com fixação tipo catraca;
- Válvula, manômetro, fluxômetro;
- Aspirador, umidificador, mangueiras e máscara.

Equipamentos Complementares

Deverá possuir pega-mão semi-embutido no teto, em estrutura tubular de alumínio, com suportes para soro/plasma.

Iluminação e Sistema Elétrico

O compartimento do paciente deverá contar com:

- 04 luminárias em LED de alta luminosidade;
- 02 tomadas 12V, posicionadas conforme critérios de segurança;
- quadro elétrico com disjuntores térmicos e fusíveis tipo cartucho;
- fiação devidamente dimensionada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ventilação e Climatização

O veículo deverá possuir:

- ar-condicionado original de fábrica na cabine;
- sistema de ventilação forçada no compartimento do paciente, por insuflamento e/ou exaustores.

Características Mecânicas e Gerais

O veículo deverá possuir:

- motorização mínima de aproximadamente 1.4;
- combustível flex (gasolina/álcool);
- freios com sistema ABS nas quatro rodas;
- airbag para os ocupantes da cabine;
- direção hidráulica ou elétrica;
- sistema de climatização para motorista e passageiro.

Garantia

Deverá ser assegurada garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses para o veículo e seus componentes, sem limite de quilometragem, incluindo assistência técnica autorizada.





PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

As especificações acima estabelecidas visam assegurar que os veículos adquiridos atendam integralmente às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo segurança, eficiência, durabilidade e conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis, além de proporcionar condições adequadas para o transporte sanitário de pacientes no âmbito do Município de Ourém/PA.

8.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A SELEÇÃO DOS ITENS:

A seleção do item constante no presente Estudo Técnico Preliminar foi realizada com base no Documento de Formalização de Demanda – DFD encaminhado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, no qual foram identificadas as necessidades operacionais relacionadas ao transporte sanitário de pacientes no âmbito da rede municipal de saúde.

Considerando a natureza da demanda, optou-se pela seleção de ambulâncias tipo A, de simples remoção, por se tratarem de veículos adequados ao atendimento das necessidades predominantes do município, especialmente no que se refere ao transporte de pacientes sem risco iminente de vida, em deslocamentos eletivos, interunidades e intermunicipais.

A escolha do modelo tipo furgão original de fábrica decorre de sua maior capacidade de adaptação, durabilidade estrutural e melhor desempenho operacional em diferentes condições de uso, inclusive em vias urbanas e rurais, garantindo maior eficiência e segurança no transporte sanitário. Além disso, esse tipo de veículo apresenta melhor aproveitamento do espaço interno, permitindo adequada instalação de equipamentos e mobiliários essenciais ao atendimento do paciente.

As especificações técnicas definidas para o item foram estabelecidas com base em critérios de funcionalidade, segurança, durabilidade e conformidade com as normas técnicas vigentes, especialmente aquelas relacionadas ao Ministério da Saúde e ao Conselho Nacional de Trânsito, assegurando que os veículos atendam integralmente às exigências legais e operacionais para uso como ambulância de transporte.

Destaca-se que não houve indicação de marca ou modelo específico, tendo sido adotados parâmetros técnicos mínimos de desempenho e qualidade, de modo a garantir ampla competitividade no certame, em conformidade com os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ademais, a seleção do item considerou a necessidade de padronização da frota, facilitando a manutenção, a operação e a gestão dos veículos, bem como a capacitação das equipes envolvidas, contribuindo para maior eficiência administrativa e redução de custos operacionais ao longo do tempo.

Por fim, registra-se que o item selecionado atende de forma integral às necessidades identificadas pela área demandante, sendo tecnicamente adequado, economicamente viável e operacionalmente eficiente para o cumprimento das atividades de transporte sanitário no Município de Ourém/PA, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.3. NORMAS TÉCNICAS, CERTIFICAÇÕES E REGISTROS EXIGIDOS

Para fins de garantia da qualidade, segurança, conformidade legal e adequada utilização dos veículos no âmbito do serviço público de saúde, a contratação deverá observar rigorosamente o atendimento às normas técnicas, certificações e registros aplicáveis à fabricação, adaptação e circulação de ambulâncias tipo A (simples remoção), conforme legislação vigente.

As ambulâncias deverão estar em conformidade com a Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde, que estabelece as diretrizes e os requisitos mínimos para os veículos destinados ao transporte de pacientes, especialmente no que se refere à classificação, estrutura, equipamentos e condições de uso das ambulâncias.

No que se refere à regularização veicular, os veículos deverão atender integralmente às exigências do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, especialmente quanto à adequação da categoria do veículo, alteração de característica para ambulância e regularização junto à Base Índice Nacional – BIN, conforme previsto na legislação de trânsito, incluindo o disposto no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997).

Deverá ser comprovado que os veículos foram devidamente adaptados por empresa especializada, com observância das normas técnicas aplicáveis, garantindo que todas as modificações estruturais, elétricas e funcionais estejam em conformidade com padrões de segurança, qualidade e desempenho exigidos para uso em transporte sanitário.

Os equipamentos instalados na ambulância, tais como sistema de sinalização visual e sonora, deverão atender às normas técnicas reconhecidas, a exemplo das normas da Society of Automotive



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Engineers (SAE), especialmente no que se refere aos ensaios de desempenho, resistência e fotometria, assegurando visibilidade e eficiência operacional em situações de deslocamento.

No tocante às condições sanitárias e de utilização, os materiais empregados no revestimento interno, mobiliário e equipamentos deverão ser adequados à higienização e assepsia, atendendo às boas práticas aplicáveis ao ambiente de saúde, garantindo segurança ao paciente e às equipes envolvidas.

Além disso, os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados, licenciados e acompanhados de toda a documentação obrigatória, incluindo manual do fabricante, certificados de garantia e, quando aplicável, laudos ou declarações de conformidade emitidos pelo fabricante ou pela empresa responsável pela adaptação.

A contratada deverá assegurar garantia mínima de 36 (trinta) meses, sem limite de quilometragem, bem como comprovar a existência de assistência técnica autorizada, garantindo suporte adequado durante o período de garantia.

Dessa forma, as exigências de certificações, registros e conformidades técnicas estabelecidas visam assegurar que os veículos adquiridos atendam integralmente às normas legais e técnicas aplicáveis, garantindo segurança, eficiência e qualidade na prestação do serviço público de saúde, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.4. ANÁLISE DO CICLO DE VIDA DO OBJETO

A análise do ciclo de vida do objeto tem por finalidade avaliar a contratação não apenas sob o aspecto da aquisição inicial, mas também considerando todas as fases relacionadas ao uso, manutenção, operação, durabilidade, economicidade e destinação futura dos bens a serem incorporados ao patrimônio público municipal.

No caso da presente contratação, o objeto consiste na aquisição de 6 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, classificadas como bens permanentes, destinados ao fortalecimento da estrutura de transporte sanitário da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA.

A avaliação do ciclo de vida é especialmente relevante porque se trata de veículo automotor adaptado para uso em saúde, cujo desempenho não depende apenas do valor de aquisição, mas também da qualidade da fabricação, da adaptação, da durabilidade dos componentes, da disponibilidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

assistência técnica, dos custos de manutenção, do consumo de combustível, da segurança operacional e da vida útil estimada.

Na fase de aquisição, devem ser observadas especificações técnicas mínimas que garantam a adequada funcionalidade do veículo como ambulância tipo A, incluindo estrutura tipo furgão, adaptação interna, sinalização visual e sonora, sistema de oxigênio, maca retrátil, revestimento lavável, sistema elétrico, ventilação e demais equipamentos necessários ao transporte seguro de pacientes em remoções simples e eletivas. A definição dessas características busca evitar a aquisição de veículos inadequados, de baixa durabilidade ou incompatíveis com a finalidade pública pretendida.

Na fase de recebimento, os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, devidamente adaptados, emplacados, licenciados e acompanhados de toda a documentação técnica e legal pertinente, incluindo manual do fabricante, certificado de garantia, documentos de regularização da adaptação veicular e demais comprovações exigidas no edital. O recebimento deverá ser precedido de verificação técnica, a fim de confirmar a conformidade do veículo com as especificações contratadas.

Durante a fase de utilização, as ambulâncias serão empregadas no transporte de pacientes sem risco iminente de vida, em deslocamentos eletivos, remoções simples, encaminhamentos entre unidades de saúde, transporte para consultas, exames e demais serviços assistenciais. Por se tratar de uso frequente e essencial, os veículos deverão apresentar condições adequadas de segurança, conforto, estabilidade, ventilação, higienização e acessibilidade operacional.

Na fase de operação, deverão ser considerados os custos relacionados ao combustível, lubrificantes, pneus, revisões periódicas, manutenção preventiva, manutenção corretiva, reposição de peças, higienização, seguro, documentação veicular e demais despesas necessárias ao funcionamento regular da frota. Assim, a escolha de veículos com assistência técnica disponível, peças acessíveis e padrão mecânico compatível com a realidade local contribui para reduzir custos futuros e evitar paralisações.

A fase de manutenção preventiva é essencial para preservar a vida útil dos veículos e garantir a segurança dos pacientes e profissionais envolvidos. Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde adote cronograma regular de revisões, conforme manual do fabricante, bem como controle interno de quilometragem, abastecimento, ocorrências mecânicas, substituição de peças e condições gerais de uso. A manutenção preventiva reduz riscos de falhas inesperadas, evita gastos excessivos com reparos corretivos e contribui para maior disponibilidade operacional da frota.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Quanto à manutenção corretiva, esta deverá ser tratada como medida excepcional, decorrente de desgaste natural, falhas mecânicas ou intercorrências de uso. A existência de garantia mínima de 12 (doze) meses e assistência técnica autorizada constitui elemento relevante para mitigar riscos de despesas imediatas após a aquisição, resguardando a Administração quanto a defeitos de fabricação, falhas na adaptação ou inadequações dos equipamentos instalados.

No aspecto da durabilidade, as ambulâncias deverão possuir estrutura compatível com uso intensivo, considerando as condições de deslocamento do município, inclusive em áreas urbanas, rurais e trajetos intermunicipais. A escolha por veículo tipo furgão original de fábrica, com adaptação adequada, revestimento lavável, piso impermeável, sistema elétrico dimensionado e reforços estruturais necessários contribui para maior vida útil do bem e melhor aproveitamento do investimento público.

Sob o aspecto da sustentabilidade e eficiência, a aquisição de veículos novos tende a reduzir o consumo excessivo de combustível, diminuir a emissão de poluentes em comparação com veículos antigos e reduzir a necessidade de manutenção corretiva frequente. Além disso, veículos novos e padronizados permitem melhor controle de frota, maior previsibilidade orçamentária e menor risco de interrupção dos serviços de saúde por indisponibilidade mecânica.

Na fase de higienização e conservação, o compartimento do paciente deverá permitir limpeza adequada e assepsia, considerando o uso no transporte sanitário. O revestimento interno em material lavável, o piso impermeável e os mobiliários de fácil higienização contribuem para reduzir riscos sanitários, preservar a qualidade do atendimento e prolongar a vida útil dos componentes internos.

Na fase final do ciclo de vida, quando os veículos apresentarem desgaste elevado, obsolescência, custo de manutenção desproporcional ou perda de eficiência operacional, deverá ser avaliada sua substituição, reaproveitamento administrativo, alienação ou baixa patrimonial, observando-se as normas de gestão de bens públicos. Essa etapa deverá considerar a vantajosidade econômica, o estado de conservação, o valor residual do bem e a segurança de sua permanência em operação.

Dessa forma, a análise do ciclo de vida demonstra que a aquisição das ambulâncias tipo A representa solução tecnicamente adequada e economicamente vantajosa, desde que acompanhada de gestão eficiente da frota, manutenção preventiva, controle patrimonial, fiscalização do recebimento e observância das garantias contratuais. A contratação, portanto, não deve ser avaliada apenas pelo menor



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

preço de aquisição, mas pelo conjunto de fatores que impactam sua utilização, durabilidade e custo total ao longo do tempo.

Assim, recomenda-se que a seleção da proposta mais vantajosa considere, além do preço, a conformidade técnica do veículo, a qualidade da adaptação, a existência de garantia, a disponibilidade de assistência técnica, a segurança operacional, a regularidade documental e a adequação do objeto às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA.

8.5. ANÁLISE DA AQUISIÇÃO EM DETRIMENTO DA LOCAÇÃO

A definição da solução mais vantajosa para atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA considerou a análise comparativa entre as alternativas de aquisição e locação de ambulâncias, sob os aspectos técnico, operacional, econômico e patrimonial, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.

Após avaliação das características do objeto e das necessidades institucionais, concluiu-se que a aquisição das ambulâncias tipo A mostra-se mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, em detrimento da locação, pelos fundamentos a seguir expostos.

Inicialmente, destaca-se que a aquisição promove a valorização do patrimônio público, uma vez que os veículos passam a integrar o acervo de bens permanentes do Município, ampliando sua capacidade operacional de forma estruturante e duradoura. Diferentemente da locação, na qual os recursos são aplicados sem geração de ativo patrimonial, a aquisição resulta na incorporação de bens que permanecem disponíveis para utilização ao longo de sua vida útil, representando investimento público com retorno institucional contínuo.

Sob o aspecto da durabilidade, as ambulâncias constituem bens com vida útil prolongada, projetadas para uso intensivo e contínuo, desde que observadas as práticas adequadas de manutenção preventiva e conservação. Tal característica reforça a vantajosidade da aquisição, uma vez que permite diluir o custo do investimento ao longo do tempo, maximizando o aproveitamento do recurso público empregado.

No que se refere à economicidade, a aquisição tende a apresentar melhor relação custo-benefício no médio e longo prazo. Embora a locação possa, em um primeiro momento, aparentar menor impacto financeiro inicial, sua continuidade ao longo do tempo resulta em custos acumulados significativamente superior, sem a correspondente formação de patrimônio. Já a aquisição permite que, após o desembolso



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

inicial, os custos se limitem à operação e manutenção, os quais, quando geridos adequadamente, mostram-se mais previsíveis e controláveis.

Adicionalmente, a aquisição confere maior autonomia administrativa à Secretaria Municipal de Saúde, permitindo o uso dos veículos de acordo com as necessidades operacionais do município, sem restrições contratuais típicas de locação, como limites de quilometragem, condições de uso, disponibilidade de substituição ou dependência de terceiros para manutenção e operação. Essa autonomia é especialmente relevante considerando as características geográficas do município e a necessidade de atendimento contínuo da população, inclusive em áreas rurais e de difícil acesso.

Outro aspecto relevante refere-se à continuidade do serviço público, uma vez que a dependência de contratos de locação pode expor a Administração a riscos de descontinuidade em caso de rescisão contratual, inadimplemento da contratada ou dificuldades na renovação contratual. Com a aquisição, a Administração assegura maior estabilidade na prestação dos serviços, reduzindo vulnerabilidades operacionais.

Importante destacar, ainda, que a presente contratação será viabilizada por meio de recursos oriundos de Transferência Especial – Emenda Parlamentar, cuja natureza favorece a aplicação em investimentos estruturantes, como a aquisição de equipamentos permanentes. A utilização desses recursos para aquisição de ambulâncias mostra-se mais alinhada ao interesse público, ao proporcionar benefícios duradouros à população.

Por fim, considerando a análise do ciclo de vida do objeto, verifica-se que a aquisição apresenta maior vantajosidade global, ao permitir melhor controle sobre manutenção, uso, durabilidade e substituição dos veículos, além de contribuir para a eficiência da gestão pública e a adequada aplicação dos recursos.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição das ambulâncias tipo A é a solução mais adequada, eficiente e economicamente vantajosa, em detrimento da locação, por promover a valorização do patrimônio público, garantir maior autonomia administrativa, assegurar a continuidade dos serviços e proporcionar melhor aproveitamento dos recursos públicos ao longo do tempo, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

8.6. RECOMENDAÇÕES QUANTO À UTILIZAÇÃO DOS ITENS

Considerando a natureza do objeto e sua finalidade no âmbito da política pública de saúde, recomenda-se que a utilização das ambulâncias tipo A, de simples remoção, seja realizada de forma planejada, controlada e alinhada às diretrizes operacionais da Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA, de modo a assegurar a máxima eficiência, segurança e durabilidade dos bens adquiridos.

Inicialmente, orienta-se que os veículos sejam destinados prioritariamente ao transporte sanitário eletivo, compreendendo o deslocamento de pacientes que não apresentam risco iminente de vida, em conformidade com sua classificação técnica. A utilização deverá abranger remoções entre unidades de saúde, transporte para realização de consultas, exames, procedimentos especializados e transferências intermunicipais, evitando o uso indevido em situações que demandem ambulâncias de maior complexidade.

Recomenda-se a implementação de controle rigoroso de utilização da frota, incluindo registro de saídas, destinos, quilometragem percorrida, consumo de combustível, identificação do condutor e finalidade do deslocamento. Tal controle é essencial para garantir a rastreabilidade das operações, prevenir usos inadequados e subsidiar a gestão eficiente dos recursos públicos.

No que se refere à operação dos veículos, orienta-se que os condutores sejam devidamente habilitados e capacitados para condução de ambulâncias, observando as normas de trânsito e as boas práticas de direção defensiva. Recomenda-se, ainda, a capacitação dos profissionais envolvidos quanto ao uso correto dos equipamentos instalados no compartimento do paciente, especialmente no que se refere ao sistema de oxigênio, maca retrátil e demais dispositivos de segurança.

Quanto à conservação e manutenção, é imprescindível a adoção de rotina de manutenção preventiva, conforme orientações do fabricante, incluindo revisões periódicas, inspeções mecânicas, verificação de sistemas elétricos, substituição de componentes desgastados e monitoramento das condições gerais do veículo. A manutenção preventiva contribui para a ampliação da vida útil dos bens, redução de custos com reparos corretivos e garantia da segurança dos usuários.

Recomenda-se, também, a realização de higienização regular e adequada do compartimento do paciente, observando protocolos de limpeza e assepsia compatíveis com o transporte sanitário, de modo a evitar riscos à saúde dos usuários e garantir condições adequadas de atendimento. Os materiais



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

utilizados na limpeza deverão ser compatíveis com os revestimentos internos, preservando sua integridade e durabilidade.

No aspecto da gestão da frota, orienta-se que a Secretaria Municipal de Saúde adote sistema de monitoramento e planejamento logístico, visando otimizar a distribuição das ambulâncias entre as diferentes regiões do município, considerando critérios como demanda, localização geográfica, distância entre unidades e frequência de utilização. Tal medida contribui para maior eficiência no atendimento e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis.

Adicionalmente, recomenda-se que os veículos sejam utilizados em conformidade com suas especificações técnicas, evitando sobrecarga, uso inadequado ou utilização em condições incompatíveis com sua finalidade, o que poderia comprometer sua estrutura, reduzir sua vida útil e gerar custos adicionais à Administração.

Por fim, orienta-se que a gestão da frota observe os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, promovendo o uso racional dos veículos, o controle adequado dos custos operacionais e a preservação do patrimônio público, assegurando que os benefícios decorrentes da contratação sejam plenamente alcançados ao longo de todo o ciclo de vida dos bens adquiridos, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

8.7. RESPONSABILIDADE DOS CONDUTORES E DOS PROFISSIONAIS QUE ATUARÃO NOS VEÍCULOS

A adequada utilização das ambulâncias tipo A exige a definição clara das responsabilidades dos condutores e dos profissionais que atuarão nos veículos, de modo a assegurar a segurança dos pacientes, a integridade dos equipamentos e a preservação do patrimônio público.

Compete aos condutores dos veículos:

- Possuir habilitação válida e compatível com a categoria do veículo, observando as exigências do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997);
- Conduzir o veículo com zelo, prudência e observância às normas de trânsito e às diretrizes de direção defensiva, garantindo a segurança dos ocupantes e de terceiros;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Realizar a conferência prévia das condições do veículo antes do início de cada deslocamento, verificando itens essenciais como sistema de freios, iluminação, pneus, nível de combustível e funcionamento dos equipamentos básicos;
- Utilizar corretamente os dispositivos de sinalização sonora e visual, apenas nas situações cabíveis, evitando uso indevido;
- Registrar as informações de uso do veículo, incluindo quilometragem, itinerário, horário de saída e retorno, e eventuais ocorrências;
- Comunicar imediatamente à autoridade competente qualquer irregularidade, falha mecânica ou dano identificado no veículo;
- Zelar pela conservação do veículo, evitando uso inadequado, sobrecarga ou condução em condições incompatíveis com sua finalidade.

Compete aos profissionais de saúde e demais servidores que atuarem no interior dos veículos:

- Utilizar os equipamentos instalados de forma adequada e segura, em conformidade com suas finalidades e instruções técnicas;
- Assegurar o correto acondicionamento do paciente durante o transporte, utilizando maca, cintos de segurança e demais dispositivos disponíveis;
- Operar o sistema de oxigenoterapia e demais equipamentos com responsabilidade técnica, garantindo sua utilização apenas quando necessário e de forma segura;
- Manter a organização e higienização do compartimento do paciente, observando os protocolos de limpeza e assepsia aplicáveis;
- Comunicar à gestão qualquer avaria, mau funcionamento de equipamentos ou necessidade de reposição de materiais;
- Atuar de forma integrada com o condutor, garantindo que o transporte ocorra de maneira segura, eficiente e humanizada.

No âmbito da responsabilidade compartilhada, condutores e profissionais deverão atuar de forma coordenada, observando as normas internas da Secretaria Municipal de Saúde, os protocolos operacionais e as diretrizes de atendimento, assegurando o uso adequado das ambulâncias e a continuidade dos serviços de transporte sanitário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ressalta-se que o descumprimento das responsabilidades estabelecidas poderá ensejar apuração administrativa, nos termos da legislação aplicável, considerando tratar-se de bens públicos destinados à prestação de serviço essencial à população.

Dessa forma, a definição das responsabilidades dos condutores e dos profissionais envolvidos visa garantir a correta utilização dos veículos, a segurança dos usuários e a preservação dos bens públicos, em consonância com os princípios da eficiência, legalidade e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

8.8. LOGÍSTICA TERRITORIAL PARA ENTREGA DOS BENS – MUNICÍPIO DE OURÉM

A análise logística territorial para a entrega dos bens considera as características geográficas, a infraestrutura viária e as condições de acesso do Município de Ourém/PA, integrante da Região Nordeste Paraense, no contexto da entrega de veículos automotores do tipo ambulância.

O município possui acesso terrestre regular por rodovias estaduais e federais que interligam a sede municipal aos principais polos regionais, possibilitando o deslocamento seguro de veículos de médio e grande porte, inclusive aqueles destinados ao transporte de ambulâncias novas (0 km), seja por condução própria (rodagem) ou transporte embarcado em caminhões tipo cegonha.

A sede da Secretaria Municipal de Saúde, local designado para recebimento dos veículos, encontra-se situada em área urbana com vias adequadas para circulação, manobra e estacionamento de veículos de grande porte, permitindo a realização das atividades de entrega técnica, vistoria e recebimento definitivo sem necessidade de operações logísticas especiais, como transbordo, travessias fluviais ou utilização de equipamentos específicos.

Não se identificam limitações estruturais relevantes que possam dificultar o acesso, a circulação ou a entrega dos veículos, sendo a logística plenamente compatível com os padrões operacionais adotados por fabricantes e concessionárias automotivas. A entrega poderá ser realizada por meio de transporte rodoviário convencional, com previsibilidade de prazo, segurança operacional e sem incidência de custos logísticos extraordinários.

Considerando a natureza do objeto, recomenda-se que o transporte dos veículos observe cuidados específicos, tais como proteção contra intempéries, inspeção prévia das condições de transporte e



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

verificação de integridade no momento da entrega, assegurando que as ambulâncias sejam recebidas em perfeito estado de conservação, funcionamento e conformidade com as especificações contratuais.

Adicionalmente, destaca-se que os veículos deverão ser entregues devidamente adaptados, regularizados, emplacados (quando aplicável) e aptos para imediato uso, acompanhados de toda a documentação técnica e legal exigida, incluindo manuais, certificados de garantia e demais documentos necessários à sua operacionalização no âmbito da Administração Pública.

Dessa forma, sob o ponto de vista territorial e logístico, o Município de Ourém apresenta condições plenamente favoráveis ao recebimento das ambulâncias objeto da presente contratação, inexistindo obstáculos geográficos ou estruturais que comprometam a execução contratual, o que reforça a viabilidade da solução proposta.



LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

- Ourém é um município do estado do Pará, na Região Norte do Brasil
- Coordenadas aproximadas: latitude -1.54 e longitude -47.11
- Situa-se a cerca de 40 m de altitude



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ele fica na porção nordeste do estado, próximo de cidades como Santa Luzia do Pará, Capitão Poço e São Miguel do Guamá, todas a menos de ~45 km de distância

O Município de Ourém localiza-se a aproximadamente 190 km da capital Belém, com tempo médio de deslocamento terrestre estimado entre 3 e 4 horas, variando conforme as condições de tráfego, rota utilizada e período do ano, sendo o acesso realizado predominantemente por rodovias estaduais e federais que interligam a região nordeste paraense à capital.

9. ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO E DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

A definição da modalidade de contratação foi realizada com base em análise técnica e comparativa das alternativas disponíveis, observando os princípios do planejamento, economicidade, eficiência, competitividade, padronização, interesse público e seleção da proposta mais vantajosa, conforme diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, classificadas como bens comuns de natureza permanente, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que possuem especificações técnicas padronizadas, amplamente disponíveis no mercado, passíveis de descrição objetiva e comparáveis entre si, permitindo julgamento objetivo pelo critério de menor preço.

Os veículos pretendidos são comercializados por diversos fabricantes e empresas especializadas no território nacional, não se tratando de objeto exclusivo, singular ou de alta complexidade técnica que inviabilize a competição, sendo plenamente possível a participação ampla de licitantes.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes alternativas de solução:

Solução 01 – Contratação por meio de Dispensa de Licitação

Análise:

A contratação por dispensa de licitação não se mostra adequada à presente demanda, considerando:

- o valor global estimado da contratação, que ultrapassa os limites legais para dispensa;
- a natureza do objeto, que envolve bens permanentes de valor relevante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- a necessidade de assegurar ampla competitividade;
- a vedação ao fracionamento indevido da despesa.

A eventual divisão da contratação em múltiplas aquisições de menor valor, com o objetivo de enquadramento em hipótese de dispensa, configuraria fracionamento irregular, prática vedada pela legislação, além de comprometer os princípios do planejamento e da economicidade.

Adicionalmente, a dispensa limitaria a participação de fornecedores e reduziria a possibilidade de obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

Dessa forma, a solução revela-se inadequada sob os aspectos legal, técnico e econômico.

Solução 02 – Realização de Licitação Própria na Modalidade Pregão Eletrônico

Análise:

A realização de procedimento licitatório próprio, preferencialmente na modalidade Pregão Eletrônico, apresenta-se como a alternativa mais adequada e vantajosa, considerando que o objeto consiste em bens comuns, com especificações técnicas padronizáveis e julgamento objetivo.

Nos termos do art. 28, inciso I, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade indicada para aquisição de bens comuns.

A adoção do Pregão Eletrônico possibilita:

- ampla participação de fornecedores de diferentes regiões;
- disputa por lances sucessivos, favorecendo a redução dos preços;
- maior transparência e rastreabilidade dos atos;
- julgamento objetivo pelo critério de menor preço;
- maior competitividade e eficiência no resultado;
- padronização técnica dos veículos a serem adquiridos.

Além disso, o procedimento eletrônico amplia a competitividade, reduz custos administrativos e assegura maior isonomia entre os licitantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto, o quantitativo definido e o valor estimado da contratação, a realização de licitação própria mostra-se plenamente compatível com as necessidades institucionais da Administração.

Solução 03 – Adesão a Ata de Registro de Preços de Outros Órgãos

Análise:

A adesão a atas de registro de preços de outros órgãos, embora juridicamente possível, não se apresenta como a alternativa mais vantajosa para a presente contratação.

Atas previamente registradas podem apresentar:

- especificações técnicas divergentes das necessidades do Município;
- configurações de veículos incompatíveis com o padrão desejado;
- quantitativos inadequados à demanda local;
- condições logísticas distintas da realidade territorial de Ourém/PA;
- preços registrados que não reflitam as condições atuais de mercado;
- limitação de saldo disponível para adesão.

Considerando que os veículos foram especificados com base em necessidade técnica própria e que os recursos são oriundos de Transferência Especial – Emenda Parlamentar, a utilização de ata de terceiros pode comprometer a aderência técnica do objeto e a eficiência da contratação.

Assim, embora legalmente admissível, tal alternativa não se mostra a mais adequada sob a ótica do planejamento e da vantajosidade.

CONCLUSÃO DA ANÁLISE COMPARATIVA

Após avaliação técnica das alternativas, conclui-se que a realização de licitação própria, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, constitui a solução mais vantajosa para a Administração, por assegurar maior competitividade, transparência, economicidade e aderência às necessidades específicas do Município de Ourém/PA, garantindo a seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

9.1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

A presente contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar, nos termos do art. 82 da referida norma, por se tratar de solução que melhor atende ao interesse público, à eficiência administrativa e ao planejamento da contratação.

O Sistema de Registro de Preços consiste em mecanismo que permite à Administração registrar formalmente preços, fornecedores e condições para futuras contratações, sem obrigatoriedade de aquisição imediata ou integral do quantitativo estimado, conferindo maior flexibilidade na execução da despesa pública.

No caso concreto, embora exista estimativa inicial de aquisição de 06 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, a adoção do SRP mostra-se adequada em razão da necessidade de gestão eficiente da contratação, especialmente considerando aspectos orçamentários, operacionais e administrativos.

A utilização do SRP não decorre da natureza contínua do objeto, mas sim da conveniência administrativa em dispor de instrumento que permita a aquisição dos veículos conforme a efetiva disponibilidade de recursos, cronograma de execução e eventuais necessidades supervenientes da Secretaria Municipal de Saúde.

Nesse contexto, a adoção do Sistema de Registro de Preços apresenta as seguintes vantagens:

- a) flexibilidade na execução da despesa: permite que a Administração realize a aquisição conforme a disponibilidade orçamentária e financeira, sem a necessidade de aquisição imediata de todo o quantitativo estimado;
- b) racionalização administrativa: evita a necessidade de instauração de novos procedimentos licitatórios caso haja necessidade de aquisição complementar dentro da vigência da ata;
- c) planejamento e controle: possibilita maior organização das aquisições, com definição prévia de preços e condições contratuais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

d) economicidade: favorece a obtenção de melhores condições comerciais, por meio da disputa em certame único, com potencial redução de custos;

e) segurança jurídica: assegura previsibilidade nas contratações futuras, com fornecedores previamente habilitados e preços registrados.

Importa destacar que o quantitativo previsto no presente processo possui natureza estimada, não obrigando a Administração à contratação integral, conforme expressamente previsto na sistemática do SRP.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante emissão de ordens de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da Administração, observando-se os limites quantitativos registrados e as condições estabelecidas no edital e na ata.

Dessa forma, conclui-se que a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui a solução mais adequada para a presente contratação, por proporcionar maior eficiência, flexibilidade, economicidade e aderência ao planejamento administrativo, em consonância com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

9.1.1. DO CONTRATO ORIUNDO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, adotando-se o Sistema de Registro de Preços (SRP) como procedimento auxiliar, sendo as contratações formalizadas posteriormente por meio de contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da Administração.

A Ata de Registro de Preços constitui instrumento de natureza administrativa destinado ao registro de preços, fornecedores e condições para futuras contratações, não obrigando a Administração à contratação integral dos quantitativos registrados, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

No presente caso, o objeto consiste na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, caracterizando-se como fornecimento de bens permanentes, cuja execução ocorre por meio de entrega dos veículos, sem caracterização de prestação continuada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizadas mediante emissão de contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme previsto na legislação vigente, observando-se as condições estabelecidas no edital, na ata e na proposta vencedora.

O contrato administrativo decorrente da ata terá vigência compatível com o prazo necessário à entrega dos veículos, realização do recebimento definitivo e cumprimento das obrigações acessórias, especialmente aquelas relacionadas à garantia e assistência técnica dos bens fornecidos.

Nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração do contrato deverá ser estabelecida de acordo com a natureza do objeto e a necessidade da Administração, não se aplicando, no presente caso, a lógica de prorrogações sucessivas típica de contratos de fornecimento contínuo.

Importa destacar que a vigência da Ata de Registro de Preços e a vigência dos contratos dela decorrentes possuem naturezas distintas. A ata terá vigência nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, enquanto os contratos celebrados com base nela terão vigência própria, limitada ao cumprimento das obrigações pactuadas.

Eventuais ajustes de prazo contratual poderão ocorrer nas hipóteses legalmente admitidas, desde que devidamente justificadas e relacionadas à execução do objeto, especialmente quanto à entrega dos veículos e cumprimento das obrigações acessórias.

A execução contratual deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no edital, na Ata de Registro de Preços e no contrato, especialmente quanto às especificações técnicas dos veículos, prazos de entrega, garantia mínima, assistência técnica e regularidade documental, cabendo à Administração o acompanhamento e a fiscalização da execução.

Dessa forma, a formalização das contratações por meio de contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza do objeto, assegurando flexibilidade administrativa, controle da execução, segurança jurídica e atendimento ao interesse público.

9.2. FORMA ELETRÔNICA

A adoção da forma eletrônica para a realização do certame encontra amparo na Lei nº 14.133/2021, que estabelece como regra geral a utilização de meios digitais nos procedimentos licitatórios, ressalvadas as hipóteses devidamente justificadas de inviabilidade técnica ou desvantagem para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No presente caso, a escolha da modalidade eletrônica justifica-se por representar a alternativa mais eficiente, moderna e segura para condução do processo licitatório, assegurando:

- ✓ **Maior publicidade e transparência**, por meio da ampla divulgação em plataformas oficiais e sistemas informatizados de compras públicas;
- ✓ **Ampliação da competitividade**, ao permitir a participação de fornecedores de diferentes regiões, sem limitações geográficas;
- ✓ **Redução de custos operacionais**, tanto para a Administração quanto para os licitantes, eliminando despesas com deslocamento, impressões e trâmites físicos;
- ✓ **Celeridade processual**, com etapas automatizadas e maior controle dos prazos e atos praticados;
- ✓ **Rastreabilidade e segurança jurídica**, por meio do registro digital de todas as fases do procedimento, facilitando a fiscalização e o controle pelos órgãos competentes.

Dessa forma, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico com utilização do Sistema de Registro de Preços como procedimento auxiliar, apresenta-se como a alternativa legal, técnica e economicamente mais vantajosa, conferindo segurança jurídica, planejamento logístico e eficiência na execução das políticas públicas de saúde no âmbito municipal.

9.3. TIPO E CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

Adota-se como tipo de julgamento menor preço por item, por se tratar de contratação de bens com especificações técnicas objetivas, devidamente descritas na planilha de itens que acompanha esta licitação, o que permite a comparação direta e isonômica entre as propostas apresentadas pelos licitantes. A escolha do critério menor preço por item mostra-se mais vantajosa à Administração porque:

- Amplia a competitividade, possibilitando que diferentes fornecedores participem do certame mesmo que não tenham capacidade de ofertar a totalidade dos itens, podendo disputar apenas aqueles em que possuem melhor condição comercial e logística;
- Reduz o risco de concentração em um único fornecedor, permitindo a distribuição do fornecimento entre várias empresas, o que contribui para a continuidade do atendimento das demandas e diminui o impacto de eventuais atrasos ou problemas pontuais com um determinado contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Favorece a obtenção de preços mais vantajosos, uma vez que cada item será disputado individualmente, permitindo que os licitantes concentrem seus melhores descontos nos itens em que possuem maior competitividade, refletindo em economia global para o Município;
- Garante maior aderência às necessidades das secretarias demandantes, pois possibilita o ajuste fino do resultado da licitação à realidade de consumo, evitando que itens pouco competitivos comprometam o conjunto da contratação;
- Assegura objetividade no julgamento, em consonância com os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia e eficiência, uma vez que o critério de seleção está claramente definido e é facilmente verificável por todos os participantes.

Diante do exposto, o critério de julgamento pelo menor preço por item atende ao interesse público, promove a economicidade e respeita as diretrizes estabelecidas na legislação de regência das contratações públicas, mostrando-se o mais adequado para a natureza deste objeto.

10. ESTIMATIVA E REFERÊNCIA DE PREÇOS

A pesquisa de preços realizada tem como objetivo atender às exigências da Instrução Normativa do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão nº 65, de 07 de julho de 2021, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, constituindo elemento essencial para a definição do valor estimado da contratação, garantindo a transparência, a economicidade e a adequada aplicação dos recursos públicos.

A pesquisa embasa a aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, destinadas ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ourém/PA.

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PESQUISA

A pesquisa foi conduzida pela servidora Luahgata Pinheiro Ferreira, responsável pelo setor de cotação de preços, inscrita no CPF nº 006.914.142-89 e RG nº 5605476, telefone (91) 98623-4634.

A referida servidora foi designada em razão de sua expertise na área, contribuindo para a adequada análise das informações coletadas e para a seleção das fontes mais relevantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

METODOLOGIA DE PESQUISA

Adotou-se metodologia criteriosa baseada nos parâmetros previstos no art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021, priorizando a utilização de dados provenientes de contratações públicas similares e fontes confiáveis de mercado.

Foi utilizado como principal instrumento o sistema Banco de Preços (<https://www.bancodeprecos.com.br/>), que possui base de dados com milhões de registros, incluindo:

- preços de licitações públicas;
- tabelas de referência;
- notas fiscais eletrônicas;
- cotações diretas com fornecedores;
- preços praticados em domínio amplo.

A pesquisa foi realizada no período de 09/04/2026 a 27/04/2026, garantindo ampla coleta de dados e formação de cesta de preços diversificada, em conformidade com orientações do TCU e demais normas aplicáveis.

PARÂMETROS UTILIZADOS

Valores praticados por este órgão: Não foram utilizados valores anteriores do próprio município, considerando que os preços de veículos apresentam alta variabilidade e foram priorizadas cotações atualizadas.

Valores praticados por outros órgãos públicos

Foram utilizados como referência:

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2026 – Prefeitura Municipal de Cachoeira do Piriá/PA
Valor global: R\$ 637.600,00
- CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 2026260201 – Fundo Municipal de Saúde de Capitão Poço/PA
Valor global: R\$ 964.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

COTAÇÃO DIRETA COM FORNECEDORES

Conforme previsto no inciso IV do art. 5º da IN nº 65/2021, foi realizada cotação direta com fornecedores, considerando as especificidades logísticas do Município de Ourém/PA.

Foram solicitadas cotações a diversas empresas, tendo sido obtida resposta válida da seguinte empresa:

- **PRIME COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA**
CNPJ nº 31.981.078/0001-68
Valor unitário: R\$ 170.000,00

A utilização de fornecedor que já possui atuação no município contribuiu para maior aderência à realidade local e mitigação de distorções de preços.

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Foi adotado o método da média aritmética, conforme art. 6º da Instrução Normativa nº 65/2021, com base em conjunto mínimo de três preços.

O sistema Banco de Preços realizou tratamento estatístico automático, excluindo:

- valores superiores a 30% da média (considerados excessivos);
- valores inferiores a 70% da média (considerados inexequíveis).

Após esse tratamento, os dados remanescentes apresentaram distribuição homogênea, permitindo a utilização da média como parâmetro confiável.

JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA

A utilização da média aritmética foi adotada por refletir a tendência central dos preços coletados, após a exclusão de valores distorcidos.

A escolha foi realizada de forma criteriosa, considerando:

- Análise individual dos itens;
- Comportamento do mercado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- Nível de concorrência;
- Qualidade e características do objeto.

Tal metodologia garante maior confiabilidade e aderência à realidade de mercado.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Com base na pesquisa realizada, foi estimado o valor global de:

R\$ 1.255.309,98 (UM MILHÃO, DUZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS).

Ressalta-se que este valor constitui referência para a contratação, não representando limite máximo obrigatório, sendo possível a obtenção de propostas mais vantajosas no certame.

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

O detalhamento dos valores unitários e metodologia aplicada encontra-se no mapa de cotação anexo ao processo, juntamente com os relatórios extraídos do sistema Banco de Preços e demais documentos comprobatórios.

A pesquisa de preços foi conduzida de forma criteriosa, respeitando as diretrizes legais e considerando a realidade logística do Município de Ourém/PA.

Foi realizada análise crítica dos dados coletados, buscando estabelecer valor de referência compatível com o mercado e com as especificações do objeto.

Dessa forma, conclui-se que a estimativa apresentada é idônea, consistente e adequada, garantindo base segura para a realização do processo licitatório, em observância aos princípios da transparência, economicidade, eficiência e interesse público.

11. APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA DE 10% PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE REGIONAIS

Considerando a natureza do objeto, consistente na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, destinadas ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde do



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Município de Ourém/PA, a Administração opta pela adoção de benefício regional em favor de microempresas e empresas de pequeno porte, afastando a aplicação de benefício estritamente local, por se tratar da alternativa mais adequada sob os aspectos técnico, jurídico e operacional.

A não adoção do benefício local fundamenta-se no fato de que o objeto apresenta especificações técnicas específicas e padronizadas, envolvendo veículos automotores adaptados para uso em saúde, cuja fabricação, fornecimento e adequação demandam estrutura técnica especializada, capacidade operacional e atendimento a normas regulatórias. Nesse cenário, a limitação do benefício ao âmbito exclusivamente municipal poderia restringir indevidamente a competitividade, reduzindo o universo de fornecedores aptos e comprometendo a obtenção da proposta mais vantajosa.

Por sua vez, a adoção do benefício regional permite ampliar a base de fornecedores, contemplando empresas inseridas em polos logísticos e comerciais próximos, garantindo maior viabilidade de atendimento, melhor estrutura técnica e maior segurança na execução contratual, sem prejuízo da competitividade.

DELIMITAÇÃO TERRITORIAL DO BENEFÍCIO REGIONAL

Para fins de aplicação do benefício regional, será considerada como área de abrangência o eixo logístico rodoviário entre os Municípios de Ourém e Belém, tendo em vista que essa rota constitui o principal corredor de circulação de mercadorias e serviços utilizado para abastecimento do município.

Assim, serão considerados fornecedores regionais aqueles sediados nos seguintes municípios: Ourém, Santa Maria do Pará, Castanhal, Santa Izabel do Pará, Benevides, Ananindeua e Belém.

A definição desse recorte territorial decorre da integração econômica e logística existente entre essas localidades, as quais concentram empresas com capacidade técnica e operacional compatível com o fornecimento do objeto, além de possibilitar maior eficiência na entrega e assistência técnica.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ADOÇÃO DO BENEFÍCIO REGIONAL

A adoção da margem de preferência regional visa equilibrar o estímulo ao desenvolvimento econômico regional com a necessidade de garantir eficiência e competitividade na contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

No caso concreto, verifica-se que a aquisição de ambulâncias exige fornecedores com capacidade técnica específica, incluindo fabricação ou adaptação veicular conforme normas do Ministério da Saúde e do CONTRAN, o que limita naturalmente o universo de empresas aptas. Nesse contexto, a ampliação do benefício para o âmbito regional permite manter a competitividade do certame sem comprometer a qualidade do objeto.

A medida encontra respaldo nos arts. 47 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, bem como nos princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à promoção do desenvolvimento regional sustentável, à eficiência administrativa e à seleção da proposta mais vantajosa.

FUNCIONAMENTO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA REGIONAL DE 10%

Durante a fase de julgamento das propostas, caso a proposta de menor valor seja apresentada por empresa não enquadrada como regional, será verificada a existência de microempresa ou empresa de pequeno porte sediada na região definida que tenha apresentado proposta com valor até 10% superior à melhor proposta válida.

Verificada essa condição, será assegurada prioridade à empresa regional, desde que atendidas todas as exigências técnicas e de habilitação previstas no edital.

REQUISITOS PARA APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO

Para usufruir da margem de preferência regional, a licitante deverá comprovar sede ou filial ativa em município integrante da região definida, declarar corretamente seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar proposta dentro do limite percentual estabelecido e atender integralmente às exigências técnicas e de habilitação.

Declarações falsas quanto ao enquadramento ou à condição regional sujeitarão a licitante às sanções cabíveis, inclusive desclassificação.

EXEMPLO PRÁTICO — APLICAÇÃO DA MARGEM REGIONAL

Suponha-se que a melhor proposta apresentada no certame seja de empresa não regional, no valor de R\$ 170.000,00 por unidade. Caso uma microempresa regional apresente proposta de até R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

187.000,00 (10% superior), poderá exercer o direito de preferência, desde que atenda integralmente às exigências do edital.

11.1. DISPENSA DE APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE COTA RESERVADA E ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Considerando a natureza e as características do objeto, a Administração conclui pela inaplicabilidade dos benefícios de cota reservada e de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

A aquisição de ambulâncias exige padronização técnica rigorosa, tanto em relação às especificações dos veículos quanto às adaptações internas, equipamentos e sistemas de segurança. A eventual divisão do objeto em cotas poderia gerar fragmentação do fornecimento, dificultar a uniformidade da frota e comprometer a eficiência operacional, especialmente no que se refere à manutenção, reposição de peças e gestão dos veículos.

Além disso, a natureza do objeto demanda fornecimento completo e integrado, o que se mostra incompatível com a divisão entre múltiplos fornecedores, podendo gerar riscos à qualidade, à compatibilidade técnica e à execução contratual.

Importa destacar que a Lei Complementar nº 123/2006 condiciona a aplicação dos benefícios à viabilidade técnica e econômica da contratação, não sendo obrigatória quando sua adoção puder comprometer a competitividade, a eficiência ou a obtenção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, a não aplicação de cotas reservadas ou exclusividade para ME/EPP mostra-se medida técnica e juridicamente adequada, preservando a competitividade, a padronização do objeto e a eficiência da contratação, sem prejuízo da participação dessas empresas no certame em igualdade de condições.

12. COMPARATIVO COM CONTRATAÇÕES SIMILARES REALIZADAS POR OUTROS ENTES PÚBLICOS

Com o objetivo de aferir a compatibilidade dos valores estimados com o mercado e reforçar a vantajosidade da futura contratação, procedeu-se à análise comparativa de processos licitatórios



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

similares realizados por outros entes públicos, envolvendo a aquisição de ambulâncias com características equivalentes.

A seguir, apresenta-se o quadro comparativo entre os valores estimados (referência) e os valores adjudicados:

PROCESSO LICITATÓRIO	MUNICÍPIO	VALOR REFERÊNCIA (R\$)	DE	VALOR ADJUDICADO (R\$)	ECONOMIA (%)
PE 004/2026	Brasil Novo/PA	314.116,67		269.900,00	14,08%
PE 009/2026-001	Ipixuna do Pará/PA	167.805,10		167.795,00	0,01%
PE 25/2025	Palestina do Pará/PA	160.398,17		154.600,00	3,61%

ANÁLISE TÉCNICA DOS DADOS

A análise dos dados evidencia variação significativa entre os percentuais de economia obtidos nos certames, o que demonstra que o comportamento do mercado para aquisição de ambulâncias não é uniforme, sendo influenciado por diversos fatores técnicos, comerciais e logísticos.

No caso do Município de Brasil Novo/PA, observa-se economia expressiva de 14,08%, indicando cenário de maior competitividade, possivelmente decorrente de maior número de participantes, melhor definição de especificações técnicas ou condições comerciais mais favoráveis.

Por outro lado, o certame realizado em Ipixuna do Pará/PA apresentou variação mínima (0,01%), evidenciando que o valor estimado já se encontrava bastante aderente à realidade de mercado, com baixa margem para redução, o que é comum em contratações de veículos com especificações técnicas bem definidas e custos relativamente padronizados.

Já o Município de Palestina do Pará/PA apresentou economia intermediária de 3,61%, indicando cenário equilibrado entre estimativa e disputa, com redução moderada decorrente da fase competitiva.

A análise conjunta dos dados demonstra que:

- Há variação natural nos percentuais de economia, sem padrão fixo;
- O mercado de ambulâncias tende a apresentar baixa elasticidade de preços, especialmente quando as especificações são técnicas e padronizadas;
- Valores estimados bem elaborados tendem a resultar em menor variação na fase de lances;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- A competitividade depende diretamente da quantidade de fornecedores aptos e da atratividade do certame.

Dessa forma, verifica-se que os valores estimados para a presente contratação se encontram dentro da realidade de mercado, sendo compatíveis com os parâmetros observados em contratações similares, não havendo indícios de sobrepreço ou subavaliação.

Conclui-se, portanto, que a estimativa adotada é tecnicamente adequada, refletindo o comportamento do mercado e atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO ENTRE VALOR ORÇADO E VALOR ADJUDICADO

Com o objetivo de avaliar a possibilidade de obtenção de economia na fase competitiva do certame, procedeu-se à análise comparativa entre os valores de referência e os valores adjudicados em contratações similares, bem como à verificação da aderência do valor estimado da presente contratação ao comportamento do mercado.

Para o presente processo, foi apurado o valor estimado unitário de R\$ 209.218,33, obtido a partir de metodologia de pesquisa de preços fundamentada na Instrução Normativa nº 65/2021 e na Lei nº 14.133/2021.

A análise dos certames similares anteriormente apresentados evidencia que os percentuais de economia variaram entre 0,01% e 14,08%, resultando em uma média aproximada de 5,90% de redução entre o valor estimado e o valor adjudicado.

Com base nesse parâmetro médio, é tecnicamente razoável projetar que, na presente contratação, o valor adjudicado possa situar-se, em cenário de competitividade regular, na seguinte faixa estimada:

- Valor estimado: R\$ 209.218,33
- Economia média esperada (5,90%): aproximadamente R\$ 12.342,88
- Valor projetado de adjudicação: aproximadamente R\$ 196.875,45



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Ressalta-se, contudo, que tal projeção possui caráter meramente estimativo, podendo variar conforme fatores como número de licitantes, estratégias comerciais, condições logísticas e grau de competitividade do certame.

A análise dos dados demonstra que o mercado de ambulâncias apresenta comportamento relativamente estável, com variações moderadas quando as especificações técnicas estão bem definidas, o que reforça a confiabilidade do valor estimado adotado.

Dessa forma, conclui-se que o valor orçado de R\$ 209.218,33 se encontra adequado e alinhado à realidade de mercado, sendo plausível a obtenção de economia na fase de lances, especialmente dentro da média observada de aproximadamente 5,90%, sem prejuízo da qualidade e da viabilidade da contratação.

Tal cenário atende aos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

13. ATENÇÃO A IDENTIFICAÇÃO DE PROPOSTAS COM VALORES INEXEQUÍVEIS OU EXCESSIVOS

No âmbito do procedimento licitatório, torna-se indispensável a análise criteriosa das propostas apresentadas, especialmente no que se refere à identificação de valores manifestamente inexequíveis ou excessivos, a fim de assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração sem comprometer a execução contratual ou a economicidade da contratação.

Considerando que o objeto consiste na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, trata-se de bens permanentes com especificações técnicas definidas, cujos custos envolvem fabricação, adaptação veicular, equipamentos obrigatórios, regularização junto aos órgãos competentes e logística de entrega, fatores que impactam diretamente na formação do preço.

Propostas com valores inexequíveis, significativamente inferiores aos preços praticados no mercado, podem indicar risco concreto de inexecução contratual, fornecimento de veículos em desconformidade com as especificações técnicas, utilização de componentes de qualidade inferior, ausência de regularização adequada ou tentativa de recomposição financeira posterior por meio de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro. Diante disso, tais propostas deverão ser submetidas a



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

diligência, com exigência de comprovação objetiva de sua viabilidade, mediante apresentação de documentação que evidencie a composição de custos, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Da mesma forma, propostas com valores excessivos, superiores ao valor estimado ou incompatíveis com os parâmetros de mercado, deverão ser analisadas com cautela, por indicarem possível ausência de competitividade ou desvantagem econômica para a Administração, podendo ser desclassificadas quando não demonstrada sua justificativa técnica.

A análise comparativa realizada com base em contratações similares demonstrou que o mercado de ambulâncias apresenta variações moderadas de preço, com média de redução aproximada de 5,90% entre valores estimados e adjudicados, o que reforça a importância de utilização desse parâmetro como referência para avaliação da razoabilidade das propostas.

Dessa forma, a Administração adotará, durante a fase de julgamento, critérios objetivos para identificação de propostas com indícios de inexequibilidade ou sobrepreço, utilizando como base o valor estimado da contratação (R\$ 209.218,33 por unidade), a pesquisa de mercado realizada e os parâmetros comparativos disponíveis.

Ressalta-se que tais medidas não configuram restrição à competitividade, mas sim instrumento necessário à proteção do interesse público, à segurança jurídica do contrato e à garantia de execução adequada do objeto, assegurando que a proposta vencedora seja não apenas a de menor preço, mas também exequível, compatível com o mercado e tecnicamente adequada.

Nesse sentido, serão adotadas medidas mitigadoras ao longo do certame, com destaque para:

- realização de diligências sempre que identificados indícios de inexequibilidade ou sobrepreço;
- exigência de comprovação de composição de custos, quando necessário;
- análise técnica da conformidade das propostas com as especificações do edital;
- verificação da capacidade operacional e comercial do licitante;
- utilização dos parâmetros de mercado como referência para julgamento.

As ações preventivas visam reduzir riscos de contratação inadequada, evitar prejuízos à Administração e assegurar a aquisição de veículos em conformidade com os padrões exigidos, garantindo eficiência, economicidade e qualidade na execução contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Considerando os apontamentos acima relacionados, incluindo a necessidade de controle de preços, prevenção de valores excessivos ou inexequíveis, garantia de qualidade dos produtos, competitividade do certame e promoção do desenvolvimento econômico local, serão adotadas medidas mitigadoras durante a condução do processo licitatório, com vistas a assegurar maior segurança jurídica, eficiência administrativa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

As ações preventivas visam reduzir riscos de irregularidades, proteger o interesse público e assegurar o adequado equilíbrio econômico-financeiro da contratação. Entre as principais medidas, destacam-se:

13.1. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA

Diante dos resultados obtidos na pesquisa, constata-se que:

- Municípios com altas economias percentuais podem estar sujeitas a propostas de risco, com potenciais reflexos na qualidade e no cumprimento contratual.
- Municípios com economias mínimas indicam baixa competitividade, o que reforça a necessidade de medidas que estimulem maior participação de fornecedores sérios e preparados.

Tal exigência está respaldada no § 1º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo adotada de forma excepcional e devidamente motivada, diante de elementos concretos que demonstram a necessidade de maior cautela e controle, especialmente para evitar contratações inexequíveis e assegurar a fiel execução contratual.

Obs. 01: A exigência de garantia da proposta, prevista no art. 58 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se como medida de proteção ao interesse público, destinada a assegurar a seriedade das ofertas apresentadas pelos licitantes e a estabilidade do certame. Essa garantia visa evitar a apresentação de propostas inexequíveis ou a desistência imotivada do participante após a fase de lances, situações que poderiam comprometer a eficiência da contratação e gerar atrasos no atendimento das necessidades da Administração.

A adoção desse mecanismo confere maior segurança à disputa, inibe práticas oportunistas e contribui para a seleção de fornecedores comprometidos, garantindo que apenas empresas efetivamente capacitadas participem do procedimento. Além disso, a garantia da proposta protege a Administração de eventuais prejuízos decorrentes da recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, possibilitando a execução da garantia como forma de recomposição do dano causado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Assim, visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, propõe-se a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da contratação, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:

- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Ourém. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. **Banco do Brasil, c/c nº 109001-1, agência: 815-X, PM0 Caução, CNPJ: 05.149.133/0001-48.**
- ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
- ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Ourém, devendo constar cláusula de execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.

Obs. 02: Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução.

Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,

Obs. 03: A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;

Obs. 04: Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos itens que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um item, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais itens, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;

Obs. 05: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência.

Obs. 06: Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata.

Obs. 07: No caso de apresentação da modalidade seguro-garantia, no ato do cadastro na plataforma Licitanet deverá ser anexada a apólice respectiva, acompanhada do comprovante de pagamento (o comprovante deve estar em nome da empresa licitante), como condição para a validação da proposta. A data dos docs devem ser compatíveis com a data de abertura do certame, sendo assim não pode ser com data posterior.

Obs. 08: A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência. Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.

13.2. SOLICITAÇÃO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Tal processo limitar-se-á às empresas que possuam, minimamente, os seguintes documentos indispensáveis para prestação do serviço:

ITENS DE RELEVÂNCIA:

Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, é facultado à Administração Pública exigir, como condição de habilitação, a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a aptidão do licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, especialmente em relação à parcela de maior relevância do valor de referência. Tal exigência deverá



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

considerar critérios objetivos como o valor, vulto, complexidade ou impacto dos itens no conjunto da contratação.

No presente certame, com fundamento no referido dispositivo legal, será exigida a comprovação de capacidade técnica específica para os itens cuja relevância seja igual ou superior a **4% (quatro por cento)** do valor global estimado da contratação, por serem considerados tecnicamente sensíveis e de impacto direto na efetiva execução do objeto licitado, conforme Art. 67 da Lei 14.133/2021. Essa medida visa assegurar que o contratado possua experiência comprovada na execução de fornecimentos similares, com grau de complexidade compatível e desempenho satisfatório, mitigando riscos de inexecução, falhas técnicas, atrasos e outros prejuízos à Administração Pública.

A adoção desse critério não possui caráter restritivo indevido, mas decorre de justificativa técnica e legal, visando preservar o interesse público e promover uma contratação eficiente e segura. A medida está em conformidade com os princípios da eficiência, razoabilidade, legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a participação de licitantes com capacidade comprovada para o fiel cumprimento das obrigações contratuais, sobretudo nas parcelas críticas e estratégicas do objeto.

DEMONSTRATIVO DE RELEVÂNCIA DOS SEGMENTOS E EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICA

Após análise da natureza do objeto, consistente na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, verifica-se que se trata de contratação com elevado grau de relevância técnica, operacional e funcional, uma vez que os veículos serão destinados diretamente à prestação de serviço público essencial na área da saúde.

Diferentemente de objetos compostos por múltiplos itens de natureza diversa, a presente contratação envolve bem único, padronizado e de alta complexidade relativa, cuja execução exige não apenas fornecimento do veículo, mas também sua correta adaptação, regularização e conformidade com normas técnicas específicas. Nesse contexto, o objeto assume relevância integral (100%) dentro do processo, não sendo possível segmentar sua importância ou relativizar sua execução.

Dessa forma, a exigência de comprovação de capacidade técnica mostra-se plenamente cabível e necessária, uma vez que a execução inadequada do objeto pode comprometer diretamente a segurança dos pacientes, a qualidade do serviço prestado e a efetividade da política pública de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Considerando a relevância integral do objeto, será exigida a comprovação de capacidade técnica por meio da apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução anterior de fornecimento de veículos automotores compatíveis com o objeto da contratação, especialmente ambulâncias ou veículos adaptados para uso em saúde.

A exigência fundamenta-se no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir qualificação técnica compatível com as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, com o objetivo de assegurar a adequada execução contratual.

No presente caso, considerando que o objeto não admite fracionamento técnico e possui natureza única, a totalidade da contratação configura parcela relevante, legitimando a exigência de comprovação de experiência anterior.

DO SEGMENTO DE COMPROVAÇÃO – NATUREZA DA CONTRATAÇÃO

A comprovação da capacidade técnica deverá observar a natureza da contratação, sendo exigida experiência compatível com o fornecimento de veículos automotores do tipo ambulância ou veículos devidamente adaptados para transporte sanitário, não sendo admitida comprovação genérica desvinculada dessa realidade.

Tal delimitação busca garantir que o licitante possua efetiva experiência em objeto com características técnicas semelhantes, especialmente no que se refere a:

- adaptação veicular;
- atendimento a normas do Ministério da Saúde e do CONTRAN;
- fornecimento de veículos com requisitos técnicos específicos;
- entrega de bens com necessidade de regularização e adequação funcional.

DO QUANTITATIVO MÍNIMO DE COMPROVAÇÃO (50%)

Será exigida a comprovação de execução anterior correspondente a, no mínimo, 50% do quantitativo total do objeto licitado, ou seja, experiência prévia no fornecimento de, pelo menos, 3 (três) veículos com características compatíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Tal exigência encontra respaldo no §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a estabelecer quantitativos mínimos de até 50% das parcelas relevantes, desde que devidamente justificado.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA EXIGÊNCIA

A exigência de comprovação mínima de 50% do quantitativo mostra-se adequada, proporcional e tecnicamente justificada, considerando as características do objeto e os riscos envolvidos na contratação.

A aquisição de ambulâncias envolve não apenas a entrega de um veículo, mas a disponibilização de um equipamento essencial ao funcionamento da rede de saúde, cuja inadequação pode gerar prejuízos diretos à população. Nesse contexto, a exigência de experiência mínima visa assegurar que o licitante possua capacidade comprovada de execução em escala compatível com a contratação.

Ao mesmo tempo, a fixação do limite em 50% evita restrição excessiva à competitividade, permitindo a participação de empresas que, embora não tenham executado contratos idênticos em sua totalidade, possuam experiência suficiente para garantir a adequada execução do objeto.

Adicionalmente, a exigência contribui para mitigar riscos de:

- inexecução contratual;
- fornecimento inadequado ou em desacordo com as especificações;
- atrasos na entrega;
- falhas na adaptação ou regularização dos veículos;
- prejuízos à continuidade do serviço público de saúde.

Dessa forma, a medida equilibra dois objetivos fundamentais: assegurar a capacidade técnica do contratado e preservar a competitividade do certame, em conformidade com os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

➤ OBSERVAÇÕES ADICIONAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- ✓ Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- ✓ Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- ✓ A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.
- ✓ Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica;
- ✓ Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021;

14. COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE DAS PROPOSTAS

A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática. Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegura que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

Para este processo **SERÁ CONSIDERADO INDÍCIOS DE INEXEQUIBILIDADE LANCES QUE APRESENTEM 25% DE ECONOMIA REFERENTE AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO;**

Será solicitado em diligência documentos pertinentes para tal comprovação (realizado logo após a fase de lances, antes mesmo de passar para a fase habilitatória)

Deve conter mais especificações sobre critérios de comprovação no rol “FASE DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

JULGAMENTO” do Edital.

Essas medidas de controle preventivo refletem o compromisso da Administração Municipal com a transparência, eficiência e boa governança nas contratações públicas, fortalecendo o planejamento e garantindo maior segurança jurídica e técnica ao processo licitatório.

15. REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA ESTA LICITAÇÃO

A seguir, descrevem-se os requisitos necessários para assegurar que o fornecimento das ambulâncias tipo A atenda integralmente aos padrões de qualidade, segurança, desempenho operacional, durabilidade, conformidade técnica e regularidade legal exigidos para o adequado funcionamento do serviço de transporte sanitário do Município.

a) Prazo de Entrega

Os veículos deverão ser entregues conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, observando prazo compatível com a necessidade de implementação e fortalecimento da estrutura de transporte sanitário.

Fica estabelecido o prazo máximo de:

50 (cinquenta) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento ou documento equivalente.

O prazo poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado pela contratada e formalmente autorizado pela Administração.

Tal medida visa assegurar a disponibilidade dos veículos em tempo hábil, evitando prejuízos à continuidade dos serviços de saúde.

b) Substituição dos Veículos

Os veículos que apresentarem vício, defeito de fabricação, falha na adaptação, divergência técnica ou qualquer não conformidade com as especificações do Termo de Referência deverá ser substituídos por unidade nova, em perfeitas condições de uso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

A substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **40 (quarenta) dias corridos**, contados a partir da notificação formal da Administração.

Nos casos que envolvam falhas críticas de segurança, irregularidade documental ou inadequação às normas técnicas, a substituição deverá ocorrer de forma imediata, sem qualquer ônus adicional ao Município.

c) Local e Horário de Entrega

A entrega deverá ocorrer no seguinte endereço:

Secretaria Municipal de Saúde de Ourém/PA

Tv. Cipriano Santos, s/n

CEP: 68.640-000

Centro – Ourém/PA

Horário: das 08h às 12h, de segunda a sexta-feira.

Os veículos deverão ser entregues devidamente adaptados, regularizados, aptos ao uso e em condições de operação imediata.

Toda a logística de transporte, incluindo deslocamento, entrega técnica e eventuais custos associados, será de responsabilidade da contratada.

d) Qualidade, Conformidade e Padronização

Os veículos fornecidos deverão ser:

- Novos, zero quilômetro e de primeiro uso;
- Originais de fábrica, sem adaptações improvisadas;
- Plenamente compatíveis com as especificações técnicas do termo de referência;
- Em conformidade com as normas do ministério da saúde e do CONTRAN;
- Devidamente adaptados como ambulância tipo A.

Deverão observar, especialmente:



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- regularização junto aos órgãos competentes (BIN/DETRAN);
- conformidade com a Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde;
- atendimento às normas técnicas de segurança veicular;
- identificação do fabricante e ano/modelo;
- entrega com manuais e certificados.

Serão rejeitados veículos que apresentem:

- divergência das especificações;
- falhas na adaptação;
- irregularidade documental;
- sinais de uso ou desgaste;
- ausência de conformidade técnica ou legal.

e) Responsabilidade Logística

A contratada deverá assegurar que o transporte dos veículos ocorra em condições adequadas, garantindo sua integridade física e funcional até o momento da entrega.

A entrega deverá observar cuidados relacionados à preservação do estado original do veículo, proteção contra danos e verificação completa no ato do recebimento.

Caso seja identificado qualquer dano, avaria ou inconformidade, o veículo deverá ser substituído sem custos adicionais à Administração.

f) Conformidade Legal e Responsabilidades

A empresa contratada deverá cumprir integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, bem como demais normas aplicáveis ao fornecimento de veículos automotores e sua adaptação para uso em saúde.

Deverá manter durante toda a execução contratual:

- regularidade fiscal e trabalhista;
- responsabilidade técnica pelo fornecimento e adaptação dos veículos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

- conformidade com normas do Ministério da Saúde e do CONTRAN;
- garantia mínima de 12 meses;
- disponibilidade de assistência técnica.

15.1. DA VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedada a subcontratação do fornecimento das ambulâncias objeto deste certame.

Admite-se exclusivamente a terceirização do transporte/logística de entrega, permanecendo sob responsabilidade integral da contratada o fornecimento, a adaptação, a regularização e a qualidade dos veículos entregues.

A vedação tem por finalidade assegurar o controle direto da execução contratual, a responsabilização integral da empresa contratada e a garantia de que os veículos atendam plenamente às especificações técnicas exigidas, evitando riscos operacionais, técnicos e administrativos.

16. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Em observância ao princípio do planejamento e à adequada instrução processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá adotar as providências necessárias antes da formalização do contrato administrativo decorrente da aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão.

a) Designação do gestor e fiscais do contrato

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, deverá ser realizada a designação formal do gestor e dos fiscais do contrato.

Esses agentes serão responsáveis pelo acompanhamento da execução contratual, especialmente quanto à verificação da conformidade dos veículos entregues com as especificações técnicas, ao cumprimento dos prazos de entrega e à regularidade documental dos bens fornecidos, incluindo aspectos relacionados à adaptação veicular, garantia e regularização junto aos órgãos competentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

b) Capacitação dos responsáveis pela fiscalização

Os agentes designados deverão possuir conhecimento mínimo acerca das características técnicas dos veículos, das exigências normativas aplicáveis às ambulâncias e dos procedimentos de conferência técnica e documental no momento do recebimento.

Tal medida visa assegurar fiscalização eficiente, especialmente no que se refere à verificação da adaptação dos veículos, funcionamento dos equipamentos instalados, conformidade com as normas do Ministério da Saúde e do CONTRAN, bem como a integridade física e funcional dos bens entregues.

c) Revisão final do Termo de Referência

Antes da formalização do contrato deverá ser realizada conferência final do Termo de Referência, com o objetivo de assegurar a clareza das especificações técnicas das ambulâncias, a coerência entre edital, proposta vencedora e minuta contratual, bem como a adequação das condições relativas à entrega, garantia, assistência técnica e substituição de veículos.

d) Verificação da adequação orçamentária

Deverá ser confirmada a compatibilidade da contratação com a dotação orçamentária disponível, observando-se o planejamento da Secretaria Municipal de Saúde e a origem dos recursos destinados à aquisição.

Também deverá ser assegurada a emissão do prévio empenho da despesa, em conformidade com a legislação aplicável, garantindo a regularidade da execução orçamentária.

e) Análise jurídica da minuta contratual

A minuta contratual deverá ser submetida à análise da assessoria jurídica, nos termos do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, com a finalidade de verificar a legalidade, a adequação das cláusulas contratuais e a conformidade do instrumento com o edital e a proposta vencedora.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

17. ORIENTAÇÕES RESUMIDAS AO FISCAL DO CONTRATO

Compete ao fiscal do contrato acompanhar e fiscalizar a execução da aquisição das ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, verificando o fiel cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato administrativo.

Deverá, especialmente:

- verificar se os veículos entregues correspondem integralmente às especificações técnicas contratadas;
- conferir as condições gerais dos veículos no momento da entrega, incluindo estrutura, acabamento e funcionamento;
- verificar a conformidade da adaptação veicular (maca, sistema de oxigênio, sinalização, revestimento interno, entre outros);
- conferir a regularidade documental, incluindo manuais, certificados, garantia e documentos de emplacamento e regularização;
- verificar o quantitativo entregue em conformidade com o contrato;
- registrar eventuais não conformidades técnicas ou operacionais;
- comunicar formalmente à contratadas quaisquer irregularidades identificadas;
- acompanhar o cumprimento dos prazos de entrega;
- atestar o recebimento provisório e definitivo somente após a verificação completa da conformidade dos veículos.

As atividades de fiscalização deverão observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, assegurando a correta execução do contrato, a qualidade dos veículos entregues e a adequada utilização dos bens no âmbito do serviço de transporte sanitário do Município.

18. DA FONTE DE RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Considerando que a presente contratação será processada por meio do Sistema de Registro de Preços – SRP, registra-se que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a indicação de dotação orçamentária poderá ocorrer de forma posterior e vinculada à formalização de cada contrato, ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, conforme a efetiva disponibilidade financeira e a necessidade da Administração no momento da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Entretanto, considerando a existência de recurso específico oriundo da Emenda Parlamentar nº 202643560002, de autoria da Deputada Federal Dilvanda Faro, vinculada ao Plano de Ação nº 09032026-097466, destinada ao custeio parcial das futuras aquisições decorrentes da presente Ata, registra-se desde já a seguinte dotação orçamentária, a qual contemplará exclusivamente os contratos que vierem a ser executados com utilização do referido recurso:

- **EXERCÍCIO 2026**

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 1010 – Fundo Municipal de Saúde

- **PROJETO/ATIVIDADE:** 10.301.0002.2072 – Manutenção do Programa de Piso Atenção Básica – Primária

FONTE DE RECURSO: 1601000 – Transferências SUS – Bloco de Estruturação

- **PROJETO/ATIVIDADE:** 10.302.0067.2087 – Manutenção da MACA

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

FONTE DE RECURSO: 15013110 – Transferências da União – Emenda Individual

Registra-se, por oportuno, que a presente dotação não vincula integralmente toda a futura execução da Ata de Registro de Preços, restringindo-se apenas às contratações custeadas com os recursos acima identificados. As demais dotações orçamentárias necessárias à execução de futuros contratos decorrentes da Ata serão oportunamente indicadas quando da formalização dos respectivos instrumentos contratuais, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira vigente à época da contratação.

19. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação, cujo objeto consiste na aquisição de 6 (seis) ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, possui impactos ambientais associados principalmente ao ciclo de vida dos veículos automotores, abrangendo as fases de fabricação, transporte, operação, manutenção e futura destinação final dos bens.

Embora a aquisição tenha finalidade essencialmente pública e esteja diretamente vinculada à melhoria dos serviços de saúde do Município de Ourém/PA, é necessário reconhecer que veículos automotores podem gerar impactos ambientais decorrentes do consumo de combustível, emissão de gases poluentes, geração de resíduos de manutenção, utilização de pneus, óleos lubrificantes, baterias, filtros, peças substituídas e demais componentes sujeitos a descarte controlado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Nesse sentido, a Administração deverá adotar medidas preventivas e mitigadoras voltadas à redução desses impactos, buscando assegurar que a utilização das ambulâncias ocorra de forma eficiente, sustentável e compatível com a preservação ambiental.

Inicialmente, recomenda-se que os veículos sejam novos, zero quilômetro, de fabricação recente e dotados de tecnologia compatível com os padrões atuais de eficiência energética e controle de emissões veiculares. A aquisição de veículos novos tende a reduzir a emissão de poluentes quando comparada à utilização prolongada de frota antiga, além de diminuir a necessidade de manutenções corretivas frequentes e o descarte recorrente de peças e componentes.

Durante a fase de operação, a Secretaria Municipal de Saúde deverá promover o uso racional da frota, com planejamento adequado das rotas, controle de deslocamentos, organização das demandas de transporte sanitário e priorização de trajetos eficientes. Tal medida contribui para redução do consumo de combustível, diminuição das emissões atmosféricas, menor desgaste mecânico e economia dos recursos públicos.

No que se refere à manutenção preventiva, deverá ser adotado cronograma regular de revisões, conforme orientações do fabricante, abrangendo verificação de motor, sistema de freios, pneus, suspensão, filtros, óleo lubrificante, sistema elétrico, climatização e demais componentes. A manutenção preventiva contribui diretamente para maior eficiência do veículo, redução do consumo de combustível, menor emissão de poluentes e ampliação da vida útil do bem.

Os resíduos decorrentes da manutenção, tais como óleo lubrificante usado, filtros, pneus, baterias, embalagens contaminadas, fluídos automotivos e peças substituídas, deverão ser destinados de forma ambientalmente adequada, preferencialmente por meio de empresas autorizadas, oficinas credenciadas ou sistemas de logística reversa aplicáveis. Não será admitido descarte irregular desses materiais em solo, rede de drenagem, áreas públicas ou locais não licenciados.

Quanto aos pneus, deverá ser observado controle de uso, calibragem adequada e substituição quando necessário, com destinação final compatível com as normas ambientais e programas de logística reversa. A calibragem correta também contribui para menor consumo de combustível, maior segurança operacional e redução do desgaste prematuro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

As baterias automotivas deverão ser substituídas e descartadas mediante encaminhamento a fornecedores, oficinas ou pontos autorizados, considerando seu potencial poluidor e a necessidade de destinação ambientalmente adequada. O mesmo cuidado deverá ser observado com óleos, fluídos e demais produtos químicos utilizados na operação e manutenção dos veículos.

No aspecto da higienização das ambulâncias, especialmente do compartimento do paciente, recomenda-se a adoção de produtos adequados, em quantidade necessária e sem desperdício, evitando o uso indiscriminado de substâncias químicas agressivas. A limpeza deverá observar protocolos sanitários compatíveis com o transporte de pacientes, sem prejuízo da destinação adequada dos resíduos gerados durante o procedimento.

Também deverá ser promovida a conscientização dos condutores e servidores responsáveis pela utilização dos veículos quanto à condução econômica e ambientalmente responsável, evitando acelerações bruscas, uso desnecessário do motor em funcionamento, excesso de velocidade, sobrecarga e trajetos desnecessários. Essas práticas reduzem emissões, consumo de combustível e desgaste dos veículos.

No momento futuro de substituição, alienação ou baixa patrimonial das ambulâncias, a Administração deverá observar os procedimentos legais de gestão de bens públicos, considerando o estado de conservação, a vida útil, o custo de manutenção e a destinação ambientalmente adequada dos componentes que não possam mais ser utilizados.

Dessa forma, os principais impactos ambientais associados à contratação serão mitigados por meio da aquisição de veículos novos e eficientes, gestão adequada da frota, manutenção preventiva, controle do consumo de combustível, destinação correta de resíduos automotivos, uso racional dos veículos e observância das normas ambientais aplicáveis.

Assim, conclui-se que a contratação é ambientalmente viável, desde que acompanhada das medidas mitigadoras indicadas, as quais contribuem para a redução dos impactos ambientais, a preservação do patrimônio público, a eficiência operacional e a adequada prestação dos serviços de saúde à população.

FASE DO CICLO DE VIDA	IMPACTO AMBIENTAL IDENTIFICADO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	MEDIDAS MITIGADORAS	RESPONSÁVEL
-----------------------	--------------------------------	----------------------	---------------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Aquisição/Fabricação	Emissão de poluentes na produção	Processo industrial gera emissões e consumo de recursos naturais	Aquisição de veículos novos, com tecnologia atual e menor emissão	Fornecedor
Transporte/Entrega	Emissão de CO ₂ e consumo de combustível	Deslocamento dos veículos até o município	Planejamento logístico eficiente e transporte adequado	Fornecedor
Operação (Uso diário)	Emissão de gases poluentes	Combustão de combustível durante uso	Planejamento de rotas, uso racional e condução econômica	Secretaria de Saúde
Operação (Uso diário)	Consumo de combustível	Utilização contínua dos veículos	Controle de abastecimento e monitoramento de consumo	Secretaria de Saúde
Manutenção Preventiva	Geração de resíduos (óleo, filtros, peças)	Troca periódica de componentes	Destinação adequada via empresas autorizadas	Secretaria de Saúde / Oficina
Manutenção Corretiva	Descarte de peças danificadas	Substituição de componentes mecânicos	Encaminhamento para descarte ambientalmente correto	Secretaria de Saúde
Pneus	Resíduos sólidos de difícil decomposição	Desgaste e substituição de pneus	Logística reversa e destinação adequada	Secretaria de Saúde
Baterias	Resíduos perigosos (chumbo/ácido)	Substituição periódica	Destinação em pontos autorizados ou fornecedor	Secretaria de Saúde
Higienização	Uso de produtos químicos	Limpeza do compartimento do paciente	Uso racional de produtos e descarte correto de resíduos	Secretaria de Saúde
Ar-condicionado	Emissão de gases refrigerantes	Vazamento ou manutenção inadequada	Manutenção regular e uso de gases regulamentados	Secretaria de Saúde
Fim de vida útil	Descarte de veículos	Baixa patrimonial e desativação	Alienação legal ou descarte conforme normas ambientais	Administração
Operação Geral	Poluição sonora	Uso de sirenes e funcionamento do motor	Uso adequado e apenas quando necessário	Condutores

A análise demonstra que os impactos ambientais estão concentrados principalmente na fase de operação e manutenção dos veículos, sendo passíveis de mitigação por meio de gestão eficiente da frota, manutenção preventiva, destinação adequada de resíduos e uso racional dos recursos.

A adoção dessas medidas assegura que a contratação esteja alinhada aos princípios da eficiência, sustentabilidade e interesse público, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

20. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A análise das contratações correlatas e/ou interdependentes tem por finalidade identificar processos administrativos que, embora não impeçam a formalização da presente contratação, são



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

indispensáveis para a plena operacionalização do objeto, consistente na aquisição de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão.

No caso concreto, a aquisição dos veículos possui autonomia quanto à sua formalização, contudo, sua efetiva utilização no âmbito do serviço público de saúde está diretamente relacionada à existência de outras contratações e estruturas administrativas complementares, que viabilizam sua operação contínua.

Nesse sentido, destacam-se como contratações correlatas e interdependentes:

- Aquisição de combustíveis, indispensável para garantir a circulação dos veículos e a execução dos serviços de transporte sanitário;
- Contratação de serviços de manutenção veicular, incluindo manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, lubrificantes e demais insumos necessários à conservação da frota;
- Contratação de pessoal, especialmente condutores e, quando necessário, profissionais de apoio à área da saúde, responsáveis pela operação dos veículos e acompanhamento dos pacientes;
- Contratação de seguros veiculares, quando adotada pela administração, visando resguardar o patrimônio público contra riscos de sinistros;
- Aquisição de insumos de higienização e limpeza, necessários à manutenção das condições sanitárias do compartimento do paciente;
- Serviços de regularização e documentação veicular, incluindo licenciamento, emplacamento e demais exigências legais.

Tais contratações, embora não componham o objeto deste processo, são essenciais para garantir a funcionalidade, a continuidade e a eficiência da utilização das ambulâncias no âmbito da rede municipal de saúde.

Importante destacar que a inexistência ou inadequação dessas contratações pode comprometer a plena execução da política pública de transporte sanitário, reduzindo a eficiência do investimento realizado e impactando diretamente a prestação dos serviços à população.

Dessa forma, conclui-se que, embora a presente contratação seja juridicamente autônoma, sua efetividade prática depende da existência e adequada gestão das contratações correlatas acima



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

mencionadas, as quais devem ser consideradas no planejamento administrativo global, em observância aos princípios do planejamento, eficiência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

21. MAPA DE RISCO

O presente mapa de risco tem por finalidade identificar, analisar e propor medidas de mitigação para os principais riscos associados à contratação de ambulâncias tipo A, de simples remoção, tipo furgão, abrangendo todas as fases do processo, desde o planejamento até a execução contratual.

A análise foi elaborada em observância aos princípios da gestão de riscos aplicados à Administração Pública, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021, visando garantir maior segurança jurídica, eficiência administrativa e adequada execução do objeto.

FASE	RISCO IDENTIFICADO	DESCRIÇÃO DO RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	NÍVEL DE RISCO	MEDIDAS MITIGADORAS	RESPONSÁVEL
Planejamento	Estimativa de preços inadequada	Preço acima ou abaixo do mercado	Média	Alto	Alto	Pesquisa robusta, uso de múltiplas fontes e análise comparativa	Setor de Cotação
Planejamento	Especificação técnica inadequada	Descrição incompleta ou restritiva	Baixa	Alto	Médio	Revisão técnica detalhada do TR e ETP	Área Técnica
Planejamento	Definição incorreta da modalidade	Escolha inadequada do procedimento	Baixa	Médio	Baixo	Fundamentação legal e análise comparativa	DGL / Jurídico
Licitação	Baixa competitividade	Poucos participantes no certame	Média	Médio	Médio	Ampla divulgação e especificação não restritiva	DGL
Licitação	Proposta inexequível	Preços muito baixos sem viabilidade	Média	Alto	Alto	Diligência e exigência de comprovação de custos	DGL
Licitação	Proposta com sobrepreço	Valores acima do mercado	Baixa	Alto	Médio	Comparação com estimativa e desclassificação	DGL
Licitação	Recursos administrativos	Impugnações e atrasos	Média	Médio	Médio	Editais claros e juridicamente validados	DGL / Jurídico
Contratação	Atraso na assinatura do contrato	Demora na formalização	Baixa	Médio	Baixo	Controle de prazos e comunicação eficiente	Administração
Execução	Atraso na entrega dos veículos	Descumprimento de prazo contratual	Média	Alto	Alto	Previsão de penalidades e acompanhamento	Fiscal
Execução	Entrega em desconformidade	Veículos fora das especificações	Média	Alto	Alto	Fiscalização rigorosa e rejeição técnica	Fiscal



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

Execução	Problemas na adaptação	Falhas nos equipamentos da ambulância	Média	Alto	Alto	Exigência técnica detalhada e inspeção	Fiscal
Execução	Falta de documentação	Veículo sem regularização	Baixa	Alto	Médio	Conferência documental no recebimento	Fiscal
Execução	Falha na garantia	Negativa de assistência técnica	Média	Médio	Médio	Cláusulas contratuais de garantia	Administração
Operação	Falta de combustível	Veículos sem condições de uso	Média	Alto	Alto	Contratação contínua de combustível	Gestão
Operação	Ausência de manutenção	Quebra ou desgaste prematuro	Média	Alto	Alto	Contrato de manutenção e controle preventivo	Gestão
Operação	Falta de condutores	Veículos sem operação	Média	Alto	Alto	Planejamento de pessoal	Gestão
Operação	Uso inadequado	Desgaste e danos ao veículo	Média	Médio	Médio	Capacitação e controle de uso	Gestão
Operação	Acidentes/sinistros	Danos aos veículos	Baixa	Alto	Médio	Seguro e direção defensiva	Gestão
Pós-Execução	Descarte inadequado	Impacto ambiental	Baixa	Médio	Baixo	Destinação correta conforme normas	Administração

ANÁLISE TÉCNICA DO MAPA DE RISCO

A análise demonstra que os riscos mais relevantes se concentram nas fases de execução e operação, especialmente relacionados ao cumprimento das especificações técnicas, prazo de entrega, qualidade dos veículos e manutenção da frota.

Observa-se que os riscos classificados como altos estão diretamente ligados à execução contratual e à continuidade do serviço público, o que reforça a necessidade de fiscalização rigorosa, planejamento adequado e gestão eficiente da contratação.

As medidas mitigadoras propostas mostram-se suficientes para reduzir significativamente a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados, garantindo maior segurança jurídica e operacional ao processo.

Dessa forma, conclui-se que a contratação apresenta riscos controláveis, desde que observadas as medidas preventivas estabelecidas, assegurando a adequada execução do objeto e a efetiva prestação dos serviços públicos de saúde, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

22. RESPONSABILIDADE DE ELABORAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela equipe técnica competente da Administração Municipal, no âmbito da Coordenadoria de Contratações, com apoio da assessoria especializada em Licitações e Contratos, contando com a participação da Secretaria Municipal de Saúde,



PREFEITURA MUNICIPAL DE OURÉM

COORDENADORIA DE CONTRATAÇÃO

unidade demandante responsável pelo fornecimento das informações técnicas e justificativas que fundamentam a necessidade da contratação.

A consolidação das informações, a análise de viabilidade, a definição dos requisitos técnicos das ambulâncias, as estimativas de preços, a avaliação de riscos e os demais elementos que compõem o presente estudo foram realizados pela equipe de planejamento da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, observando-se os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

A Secretaria Municipal de Saúde responsabiliza-se pela veracidade das informações constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD), bem como pela justificativa da necessidade da contratação e pela compatibilidade do objeto com suas demandas institucionais e disponibilidade orçamentária.

Compete à Coordenadoria de Contratações a estruturação técnica do procedimento, a conformidade legal do processo e a condução das etapas necessárias à efetivação da contratação, assegurando a adequada instrução processual e a observância das normas vigentes.

23. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, atestando sua conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis à matéria.

Declaro, de forma expressa, que a contratação pretendida se revela viável sob os aspectos técnico, operacional e orçamentário, encontrando-se devidamente justificada com base nos elementos, análises e fundamentos constantes neste documento, os quais evidenciam a necessidade da contratação, a adequação da solução escolhida e sua compatibilidade com o planejamento da Administração Pública.

Ourém/PA, 30 de abril de 2026

Elaborado por:

MARIA EDUARDA MARTINS DA SILVA
Focus Assessoria Técnica – T DO S M DA SILVA
Planejamento de Licitações

Responsável pelas cotações de preços:

LUAHGATA PINHEIRO FERREIRA
Diretora de Departamento de Compras
Matrícula: 144784-0
Coordenadoria de Contratações